



TATIANA DIAS CANTELLE

**POLÍTICAS E AGENTES PÚBLICOS E
PRIVADOS: INTERFACE DO PRODUTOR RURAL
COM OS AMBIENTES INSTITUCIONAL E
ORGANIZACIONAL**

LAVRAS – MG

2013

TATIANA DIAS CANTELLE

**POLÍTICAS E AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS: INTERFACE DO
PRODUTOR RURAL COM OS AMBIENTES INSTITUCIONAL E
ORGANIZACIONAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão de Negócios, Economia e Mercados, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador

Dr. Ricardo Pereira Reis

LAVRAS – MG

2013

**Ficha Catalográfica Elaborada pela Coordenadoria de Produtos e
Serviços da Biblioteca Universitária da UFLA**

Cantelle, Tatiana Dias.

Políticas e agentes públicos e privados : interface do produtor rural com os ambientes institucional e organizacional / Tatiana Dias Cantelle. – Lavras : UFLA, 2013.

98 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2013.

Orientador: Ricardo Pereira Reis.

Bibliografia.

1. Sistema Agroindustrial. 2. Economia agrícola. 3. Política pública. 4. Propriedade rural. 5. Desenvolvimento territorial. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 338.18

TATIANA DIAS CANTELLE

**POLÍTICAS E AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS: INTERFACE DO
PRODUTOR RURAL COM OS AMBIENTES INSTITUCIONAL E
ORGANIZACIONAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão de Negócios, Economia e Mercados, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 29 de agosto de 2013.

Dr. José Luiz Pereira de Rezende	UFLA
Dr. Antônio Carlos dos Santos	UFLA
Dr. Luiz Antônio Staub Mafra	UNIFAL

Dr. Ricardo Pereira Reis
Orientador

LAVRAS – MG

2013

*Aos meus pais, Lúcia e João,
Por sempre acreditarem que eu seria capaz.*

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Durante o tempo de realização deste Mestrado, muitas pessoas contribuíram em meus trabalhos das mais diferentes formas. A todos, os meus sinceros agradecimentos.

Agradeço à Universidade Federal de Lavras – UFLA, ao Departamento de Administração e Economia – DAE e ao Programa de Pós- Graduação em Administração da UFLA – PPGA/UFLA, pela estrutura oferecida e pela oportunidade de realização do Mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES -pela concessão da bolsa de estudos, que tornou possível a realização do Mestrado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG- pelo financiamento do projeto intitulado: Avaliação de políticas públicas e programas de desenvolvimento regional: estudo multicase nas mesorregiões Campo das Vertentes e Sul/Sudoeste de Minas Gerais.

Aos produtores, agricultores e seus familiares, pelas valiosas informações, que foram fundamentais para realização desta pesquisa.

Às prefeituras municipais, empresa de assistência técnica, cooperativas de agricultores e associações que contribuíram muito para este trabalho.

Ao meu querido orientador e pai acadêmico, Ricardo Pereira Reis, pelo exemplo de conduta profissional e amizade. Obrigada pelo incentivo, conselhos e apoio incondicional durante a realização deste Mestrado.

Aos professores José Luiz Pereira de Rezende e Antônio Carlos dos Santos, por todas as precisas intervenções e valiosas contribuições para concretizar este projeto.

Ao professor Luiz Antônio Staub Mafra, que tão generosamente se dispôs a contribuir com este trabalho e por aceitar o meu convite para compor a Banca.

Ao professor Renato Elias Fontes, pela generosidade em aceitar o meu convite, para participar da banca enquanto suplente.

À secretária Deila do PPGA/UFLA, pela gentileza, compreensão e atenção.

Aos demais professores e funcionários e colegas do PPGA/UFLA, por dividirem comigo seus conhecimentos e experiências.

À minha filha, Luciana, por ser a fonte motivadora da minha vida. Obrigada por não me deixar desistir.

Aos meus pais, Lúcia e João, meu porto seguro. Obrigada pelo apoio incondicional não só no mestrado, mas ao longo de minha vida. Vocês me ensinaram a andar segurando em minhas mãos e ainda hoje sinto a confiança dessas mesmas mãos, a cada passo.

Aos meus tios, tias, padrinho, madrinhas, primos e primas, por me mostrarem a importância da união familiar.

Aos amigos e amigas pelo apoio ao longo dessa jornada acadêmica. Destacando Cecília, Paulinho, Raul, Marcondes e Eudes por todo apoio e incentivo, principalmente nos momentos mais difíceis. Obrigada por acreditarem em minha capacidade, quando eu não a enxergava mais.

E, finalmente, agradeço ao Grande Arquiteto do Universo, que se faz presente de alguma forma em todos os meus dias, me guiando rumo à concretização deste trabalho.

Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas.

Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida. É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar. Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

(Cora Coralina)

RESUMO

A atual conjuntura do Sistema Agroindustrial (SAG) indica que vários fatores dificultam a obtenção da sustentabilidade econômica das atividades agropecuárias. Perante as novas estruturas, dinâmicas e conceitos, os agentes da produção primária perderam representatividade econômica, configurando-se como o elo mais dependente da cadeia produtiva. Para suprir as carências e se adequarem aos padrões desse sistema competitivo, os produtores rurais buscam respaldo nos ambientes institucional e organizacional. Objetivou-se, neste estudo, investigar as interfaces dos produtores rurais com os ambientes institucional e organizacional do SAG. O espaço delimitado para a pesquisa abrange quinze municípios selecionados nas mesorregiões Campo das Vertentes e Sul/Sudoeste de Minas Gerais, aferido por uma pesquisa de campo do tipo *survey*, com aplicação de 205 questionários semiestruturados por meio de entrevista pessoal. Os resultados obtidos evidenciam: (1) o posicionamento dos agentes contidos no SAG; (2) as perspectivas dos produtores rurais, com relação às políticas públicas de regularização fundiária, infraestrutura, crédito, comercialização, apoio técnico, associativismo e política ambiental; (3) a influência dessas sobre o desenvolvimento da propriedade rural. Dentro dos objetivos delineados conclui-se que a compreensão das interfaces é crucial para o entendimento da dinâmica do agronegócio e, conseqüentemente, para a adoção de processos de gestão eficazes. Concernente às políticas públicas, destacam-se: a regularização fundiária como pré-requisito para acesso às demais políticas governamentais; a infraestrutura como prioridade de investimento público e privado; o crédito rural como incentivo à modernização das unidades de produção; a comercialização como principal fonte de renda; o apoio técnico contribuindo com o processo de aperfeiçoamento dos sistemas de produção e intermediando o acesso às políticas setoriais; o associativismo como vantagem competitiva; e, as políticas ambientais como ponto de conflito, referentes aos encargos provenientes da preservação ambiental.

Palavras-chave: Sistema Agroindustrial. Política Pública. Desenvolvimento territorial. Economia agrícola. Cadeia produtiva.

ABSTRACT

The current situation of the Agribusiness System (SAG) indicates that several factors hinder the achievement of economic sustainability of agricultural activities. Faced with new structures, dynamics and concepts, agents of primary production have lost economic representation, setting up as the most dependent link in the productive chain. In order to supply the shortage and adequate to the standards of this competitive system, farmers seek support in institutional and organizational environments. In this context, the present study aims at investigating the interfaces of farmers with institutional and organizational environments of the SAG. The delimited area for this research covers fifteen selected municipalities in the regions of Campo das Vertentes and South / Southwest of Minas Gerais, Brazil, measured by a survey type field research, applying 205 semi-structured questionnaires through personal interview. The results show: (1) the placement of agents contained in SAG, (2) the prospects of farmers in regard to public policies of land regularization, infrastructure, credit, commercialization, technical support, associations and environmental policy (3) and the influence of these over the development of rural property. In accordance with the outlined objectives, we conclude that comprehending the interfaces is crucial for understanding the dynamics of agribusiness and, consequentially, to adopt effective management processes. Regarding public policy, we highlight: land regularization as a prerequisite to access other government policies; infrastructure as a priority for public and private investment; rural credit as an incentive for modernization of production units; marketing as the main source of income; technical support contributing to the process of improving production systems and mediating access to sectorial policies; the associations as a competitive advantage; and environmental policies as a point of conflict, regarding to charges from environmental preservation.

Keywords: Agribusiness System. Public Policy. Territorial Development. Agricultural Economics. Productive chain.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Processo circular de pesquisa em ciências sociais	31
Figura 2	As doze mesorregiões do estado de Minas Gerais, identificando a do Campo das Vertentes (nº 1) e a do Sul/Sudoeste (nº 8)	34
Figura 3	Modelo Simplificado do Sistema Agroindustrial e transações típicas	46
Figura 4	Posicionamento do produtor rural no Sistema Agroindustrial e as interfaces.....	48
Quadro 1	Métodos e procedimentos empregados, segundo os objetivos da pesquisa	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Mesorregiões e Municípios amostrados – Censo Agropecuário 2006.....	36
Tabela 2	Variáveis Socioeconômicas, segundo as Mesorregiões e Municípios amostrados.....	38
Tabela 3	Relação do produtor com as propriedades agrícolas entrevistadas, na região pesquisada, 2010	50
Tabela 4	Meios de transportes utilizados pelos produtores rurais entrevistados, na região pesquisada.....	53
Tabela 5	Condições físicas das estradas vicinais na região pesquisada.....	54
Tabela 6	Acesso à eletrificação no meio rural nas propriedades rurais entrevistadas na região pesquisada.....	55
Tabela 7	Utilização e conhecimento de programas de eletrificação nas propriedades rurais entrevistadas na região pesquisada.....	56
Tabela 8	Acesso à telefonia no meio rural nas propriedades agrícolas, na região pesquisada.....	57
Tabela 9	Qualidade, utilidade, disponibilidade, localização e programas de captação das águas nas propriedades rurais na região pesquisada.....	58
Tabela 10	Esgotamento sanitário nas propriedades rurais na região de pesquisa	59
Tabela 11	Destino do lixo doméstico da zona rural, de acordo com os produtores rurais entrevistados na região pesquisada.....	60
Tabela 12	Acesso ao crédito rural pelos produtores rurais entrevistados na região pesquisada.....	61

Tabela 13	Fontes de renda dos produtores nas propriedades rurais, na região pesquisada	63
Tabela 14	Fontes de informações de mercado pelos produtores rurais entrevistados na região pesquisada.....	64
Tabela 15	Preços Mínimos pagos aos produtores da região Sudeste, segundo dados da CONAB	66
Tabela 16	Opinião dos produtores rurais entrevistados quanto à implantação de uma feira livre na região pesquisada	67
Tabela 17	Orientação técnica e treinamento ocupacional dos produtores rurais entrevistados na região pesquisada	69
Tabela 18	Relação dos produtores rurais entrevistados com treinamentos, na região pesquisada.....	71
Tabela 19	Atividades gerenciais realizadas pelos produtores rurais entrevistados na região pesquisada.....	72
Tabela 20	Sistema de cooperativismo dos produtores rurais entrevistados na região pesquisada.....	74
Tabela 21	Legislação ambiental, conforme os produtores entrevistados na região pesquisada.....	76
Tabela 22	Análise da PNAE, segundo os 30% relativos ao repasse do FNDE para a agricultura familiar.....	81

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Contextualização do tema.....	14
1.2	Objetivos.....	15
1.3	Objetivo geral.....	16
1.4	Objetivos específicos.....	16
1.5	Importância e justificativa do estudo.....	16
2	FUNDAMENTOS TEÓRICOS	19
2.1	Do produto ao Sistema Agroindustrial (SAG).....	19
2.1.1	Definindo conceitos: CSA e Filière	22
2.1.2	Ambiente organizacional.....	25
2.1.3	Ambiente institucional	26
3	MATERIAL E MÉTODO.....	28
3.1	Sistema Agroindustrial (SAG)	28
3.2	Características da pesquisa.....	29
3.3	Métodos de pesquisa.....	32
3.4	Área de estudo, população e amostragem.....	34
3.5	Análise de dados	41
3.6	Operacionalização das variáveis	43
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
4.1	Posicionamento dos agentes	45
4.2	Reflexões sobre as políticas públicas.....	49
4.2.1	Regularização fundiária.....	50
4.2.2	Infraestrutura.....	53
4.2.3	Acesso ao Crédito	60
4.2.4	Comercialização	62
4.2.5	Apoio técnico	68
4.2.6	Associativismo	73
4.2.7	Política ambiental.....	75
4.3	Interfaces e compreensões.....	77
5	CONCLUSÕES	86
	REFERÊNCIAS	89

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do tema

O agronegócio é destaque tanto no cenário mundial quanto nacional. O setor é um marco positivo recorrente na balança comercial brasileira, sendo o fator minimizador do desequilíbrio das contas externas do país. Todavia, apesar das sucessivas projeções de crescimento e representatividade em termos econômicos, ainda há muitos percalços no desenvolvimento produtivo do setor agroindustrial que necessitam ser vencidos.

A atual conjuntura apresenta como tendência mundial a expansão do mercado internacional de consumo. Porém, esse será cada vez mais exigente no quesito de qualidade dos produtos agrícolas, culminando com a valorização dos produtos orgânicos e uma irreversível segmentação de mercados. Ademais, tem-se a ascensão das cadeias agrícolas comandadas por supermercados e a concentração nos segmentos de insumos e serviços especializados.

Para o Sistema Agroindustrial (SAG) brasileiro, as perspectivas indicam a manutenção da liderança nos segmentos *commodities*, com forte pressão sobre o aumento da produção nacional, visando às exportações e expansão do mercado interno, principalmente por meio de ganhos na produtividade.

Tendo em vista essas projeções, devem-se centrar os esforços na mitigação das fragilidades existentes no sistema, dentre as quais se destacam: os altos custos de logística, a infraestrutura deficiente, a dependência da importação de insumos estratégicos, a sanidade vegetal e animal, a baixa capacitação tecnológica e a assimetria informacional no mercado.

Estas limitações afetam de forma diferenciada os distintos agentes que compõem a cadeia produtiva agrícola. Fato que acentua a discrepância nas relações comerciais e na dinâmica do sistema agroindustrial.

Neste contexto, os agentes atuantes na produção primária configuram-se como o elo mais dependente da cadeia produtiva. Ao longo das últimas décadas, houve uma crescente perda de representatividade, em decorrência da vinculação entre os mercados agrários e os mercados de energia. Em contrapartida, os agentes do elo da produção buscaram respaldo nos ambientes institucional e organizacional, a fim de suprir as carências e se adequarem aos padrões que lhes permitam lograr um espaço, nesse sistema cada vez mais competitivo.

Dentro dessa perspectiva, a partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa, baseada em dados primários e secundários, busca-se elucidar a atuação dos produtores rurais inseridos no Sistema Agroindustrial. Especificamente, a interface desses produtores com os ambientes organizacional e institucional do sistema. Delimitam-se, como área de estudo, os municípios selecionados nas mesorregiões Campo das Vertentes e Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais, Brasil.

Assim, a pesquisa orienta-se a partir da seguinte indagação: *como os ambientes organizacional e institucional têm influenciado, positiva ou negativamente, a produção, rural sob a perspectiva do produtor?*

Tendo como base esta questão de pesquisa, foram definidos os objetivos, geral e específicos, conforme descritos a seguir.

1.2 Objetivos

Nesta seção, são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos a serem alcançados através da condução desta pesquisa.

1.3 Objetivo geral

Investigar as interfaces de produtores rurais no estado de Minas Gerais com os ambientes institucional e organizacional do sistema agroindustrial, verificando a influência das políticas e agentes públicos e privados no desenvolvimento da propriedade rural.

1.4 Objetivos específicos

- a) posicionar o produtor rural perante o sistema agroindustrial, evidenciando as interfaces entre os agentes do elo da produção e os ambientes institucional e organizacional;
- b) relacionar as políticas públicas no âmbito nacional e estadual instituídas para produtores rurais, dentro das seguintes temáticas: regularização fundiária, infraestrutura, crédito, comercialização, apoio técnico, associativismo e política ambiental;
- c) compreender como essas políticas públicas e seus agentes influenciam no desenvolvimento da propriedade rural, integrante do sistema agroindustrial.

1.5 Importância e justificativa do estudo

Para compreensão mais ampla dessa problemática, deve-se considerar que, apesar de muito debatido, o Sistema Agroindustrial (SAG) ainda é analisado sob uma ótica fragmentada, principalmente quando se refere à cadeia produtiva. Essa estrutura multidimensional, aliada aos ambientes organizacional e institucional, é regida por interfaces condicionadas ao posicionamento adequado dos agentes.

Sob um enfoque sistêmico, as inter-relações e interdependências entre os elos dessa cadeia sobressaem ao simples conhecimento de seus componentes ou agentes. Ao afirmar isso, deve-se considerar também que essa estrutura não é estática. Há um contínuo dinamismo cuja regulamentação é de responsabilidade do ambiente institucional, que vem ganhando importância pela elaboração de políticas públicas voltadas para a agricultura comercial.

Outro ambiente que se destaca é o ambiente consumidor, considerado a “locomotiva” da cadeia produtiva. O interesse em conhecer suas demandas auxilia na definição de parâmetros sob os quais os outros componentes da cadeia operam. Pois, num mercado competitivo, além do preço, deve-se delimitar o que, como, quando, quanto e onde produzir. Em razão dessa crescente competição, acelerou-se o processo de justaposição dos agentes que competem agora como cadeias produtivas e não mais como empresas individuais.

Sob esse panorama, o produtor rural perde representatividade, tornando-se apenas mais um agente no elo da produção. A inclusão ou permanência do produtor no sistema agroindustrial depende do cumprimento de uma série de normas e regras impostas por esse. Observa-se então, a intensa busca por adequação aos padrões exigidos, a fim de manter-se inserido na cadeia produtiva. Essa inclusão exige tal perfeição que produtores rurais desprovidos de assistências básicas são marginalizados ou sofrem ações oportunistas.

A susceptibilidade destes agentes justifica o estudo na medida em que os produtores, marginalizados pelo sistema, buscam apoio nos ambientes institucional e organizacional, a fim de manter as atividades. As sucessivas perdas econômicas e o crescente processo de descapitalização fomentam a necessidade de se compreender como esse elo se relaciona com os órgãos de apoio e como percebe as políticas públicas de desenvolvimento produtivo do setor, em nível nacional e estadual.

Identifica-se, para a área de estudo, as mesorregiões Campo das Vertentes e Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais, a existência de um processo de estagnação, especificamente no setor agrícola, cuja atividade econômica mais representativa é a pecuária leiteira. Destacam-se também entre os grãos, as culturas do café e do milho, da laranja entre as frutas, da batata-inglesa entre as hortícolas, bem como a importância da cana-de-açúcar.

Com base em estudos desenvolvidos com foco na temática abordada, assinala-se que poucas incursões sobre tais considerações e com tal abrangência foram encontradas na literatura. Fato que reforça a significância deste trabalho como um compilador de informações sobre a percepção dos produtores rurais no que se refere às nuances do sistema agroindustrial, particularmente sob a óptica da regularização fundiária, infraestrutura, crédito, comercialização, apoio técnico, associativismo e política ambiental.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Esta seção está dividida em duas partes que abordam os principais conceitos teóricos norteadores do trabalho.

2.1 Do produto ao Sistema Agroindustrial (SAG)

Um tema com importância histórica incita um breve resgate de nossos antepassados, que do campo tiraram seu sustento, e até hoje alimentam a população. Dentro dessa perspectiva, necessário é debater a relação entre o produto e o Sistema Agroindustrial, e entre esses e o ator principal deste trabalho, o produtor rural. Portanto, discutir as idiosincrasias desses componentes torna-se fundamental para uma melhor compreensão da estrutura e dinâmica do agronegócio, bem como os percalços existentes.

Tomando por base a evolução da unidade de produção agrária, inicialmente tem-se a conformação de natureza unidivisional. Nesse modelo, as áreas férteis da propriedade eram cultivadas e os produtos armazenados e beneficiados dentro dessas instalações. Os trabalhadores caracterizavam-se como os consumidores e o excedente, comercializado no entorno. Isso evidencia que um ciclo completo (cultivo, processamento, armazenamento e comercialização) era realizado nessas unidades e as decisões cabiam ao dono da “fazenda”. Para essas circunstâncias, o significado do termo agricultura é perfeitamente coerente.

Todavia, mudanças ocorreram no relacionamento da agricultura com os outros setores da economia. A partir da década de 60, com a ascensão dos regimes militares, da urbanização, da industrialização e do modelo americano

chamado “Revolução Verde”, iniciaram-se os processos de modernização e especificação da estrutura produtiva vigente.

A crescente demanda por mão de obra nas cidades impulsionou o êxodo rural e a criação do varejo, visando atender aos novos mercados. Essa pressão por produtos oriundos do campo estabeleceu a necessidade de armazenar a produção em locais mais estruturados, fora das propriedades, bem como ampliar a oferta dos mesmos. Ora, em sentido distinto, o campo havia perdido trabalhadores e produtores, iniciaram-se as restrições ao uso da terra e a pressão por produções cada vez maiores para atender às demandas.

Assim, desencadeou-se o fortalecimento de setores como os de insumos e equipamentos. Sob a mesma óptica, surgiram empresas e organizações para atender e auxiliar os mais diversos agentes. Por fim, com o propósito de ordenar o processo, o Estado passa a legislar sobre essas questões.

Deste modo, a atual agropecuária modernizou-se, inserindo-se na economia de mercado e incorporando novos elos além do setor primário. Basicamente, esse processo resultou na estruturação do setor a montante (insumos e bens de capital para o setor rural) e do setor a jusante (armazenamento, transporte, processamento, transformação e distribuição).

Em decorrência deste fenômeno, o conceito tradicional da economia que classifica as diferentes atividades em setores “primário, secundário e terciário”, como setores estanques e não integrados, deu lugar a uma análise que enfoca um sistema interligado de produção, processamento e comercialização dos produtos de origem agrícola – o Complexo do Agronegócio (GUILHOTO; FUTUOSO; BARROS, 2000).

Para efeitos desta apreciação, é fundamental salientar as características inerentes dos produtos, da produção agrícola e dos mercados contidos nessa nova estrutura.

No que se refere aos produtos agrícolas, Reis (2007) afirma que são homogêneos, perecíveis e volumosos, na forma bruta. Por sua vez, a produção apresenta como particularidades a sazonalidade, variabilidade da produção e na qualidade, dificuldade de ajustamento de oferta e estruturas de mercado que variam de um alto grau de concorrência a mercados dominados por poucos agentes econômicos.

É indubitável que esses atributos, associados a um mercado agrícola com alto grau de competitividade no setor produtivo, demandam consideráveis esforços no processo de gestão da empresa rural. Por se tratar de um setor com grande número de produtores, com livre entrada e saída que, individualmente produzem uma pequena quantidade em relação ao mercado desse produto, não há como exercer influência no preço do que está sendo vendido. Assim, essa estrutura pouco concentrada converte os agentes do elo da produção a tomadores de preços.

Em contrapartida, os mercados de insumos, fatores de produção, processamento e comercialização aduzem estrutura organizada e concentrada, caracterizando muitas vezes um mercado de oligopólio, com grande influência nos preços dos seus produtos.

Em se tratando de mercado consumidor, a demanda por produtos agrícolas é, normalmente, inelástica em relação aos preços. Isso acontece por serem bens necessários e de fácil saturação. Nesse caso, as vendas aumentam menos que proporcionalmente à redução dos preços, levando à perda de renda dos produtores rurais. Para o caso de alta nos preços agrícolas, o resultado é um aumento de renda do setor.

Partindo da percepção dessa nova dinâmica, observa-se uma desigualdade entre os diferentes níveis da cadeia, no que se refere ao faturamento total do sistema. O valor das atividades ligadas à agricultura,

realizadas fora da fazenda, passam a ser substancialmente maiores do que o total das operações nela realizadas.

Em síntese, o sistema de produção agrícola unidivisional se ramifica em um conjunto de atividades especializadas, envolvendo não apenas a produção agrícola de maneira estrita, mas, também, as atividades produtivas que se iniciam nos fornecedores de insumos e equipamentos para a produção agropecuária e terminam no consumidor final, passando pelos processadores (indústria), atacadistas, distribuidores e varejistas, entre outros. Tem-se assim, o Sistema Agroindustrial (SAG) cujos agentes atuam condicionados pelo aparato institucional vigente e inseridos em um dado ambiente competitivo e econômico (NASSAR, 2001).

O Sistema Agroindustrial (SAG) pode ser considerado o conjunto de atividades que concorrem para a produção de produtos agroindustriais, desde a produção dos insumos até a chegada do produto final ao consumidor (BATALHA, 1997). Essa definição deriva da compreensão mais ampla de *agribusiness*, proposta por Davis e Goldberg (1957) e Goldberg (1968).

Segundo Zylbersztajn e Neves (2005), embora com enfoques diferentes, o conceito de SAG apresenta como denominador comum a percepção de que as relações verticais de produção, ao longo das cadeias produtivas, devem servir de balizador para a formulação de estratégias empresariais e políticas públicas.

No cenário internacional, há duas vertentes metodológicas de análise desse sistema. Contudo, não se pretende retomar todo aquele longo e complexo debate, sobre as visões sistêmicas do *Commodity System Approach* (CSA) e do *Filière*, mesmo porque isso já foi realizado por outros estudiosos, o que não nos impede de tecer algumas considerações sobre os mesmos, de forma sintética e direta.

2.1.1 Definindo conceitos: CSA e Filière

Sabe-se que as publicações especificam claramente os significados de termos recorrentes dessa temática. Todavia para entender estes conceitos, faz-se necessário retornar as suas origens.

O primeiro enfoque das relações agroindustriais foi enunciado nos Estados Unidos, pelos trabalhos de Davis e Goldberg (1957). Em estudos, os autores sugerem que a agricultura há muito havia rompido com o isolamento setorial, e que suas relações com outros setores deveriam ser conhecidas (ZYLBERSZTANJ, 2005). Dessa visão, surgiu o termo *Agribusiness* e posteriormente a noção do *Commodity System Approach* (CSA).

Agribusiness é um conceito amplamente conhecido pela definição apresentada por seus precursores como sendo o somatório das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção na fazenda, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles (DAVIS; GOLDBERG, 1957). A mesma definição é abordada por outros pesquisadores, como: Araújo, Wedekin e Pinazza (1990) e Zylbersztanj e Neves (2005).

Goldberg (1968) aplicou a noção de *Commodity System Approach* (CSA) em estudos sobre o comportamento de determinados sistemas de produção americanos. Nessa abordagem, abandonou-se o referencial teórico da matriz insumo-produto, adotando conceitos da economia industrial, numa visão sistêmica. O ponto de incursão dessas análises centra-se numa dada matéria-prima ou *commodity* que pode ser a base para vários produtos diferentes. Além disso, Zylbersztajn e Neves (2005) afirmam que esse estudo introduziu variáveis institucionais e elementos contratuais, que realçaram a importância dos ambientes institucional e organizacional, posteriormente definidos.

A partir dessas colocações, examina-se a junção do prefixo latino *agro* (terra cultivável) com a palavra negócio, ou seja, a condução de uma atividade

com determinado objetivo. Há colocações que indicam que a agropecuária discutida sobre os aspectos técnico, econômico, social, político e administrativo deriva o Agronegócio (tradução de *agribusiness*). Todavia, o que se observa, acerca do conceito fundamental, é uma definição de agronegócio baseada na estrutura e dinâmica entre os agentes.

Igualmente, a segunda visão sistêmica do SAG, originária da escola de economia industrial francesa, apresenta um conceito embasado na dinâmica das relações intersetoriais, focalizando, segundo Zylbersztajn e Neves (2005), o processo produtivo enquanto uma sequência dependente de operações.

Esta corrente desenvolveu o conceito de *filière* cuja tradução é cadeia de produção. Morvan (1991) conceitua o termo como um transcurso de operações de transformação da *commodity* em produto final para consumo, mediante relações comerciais e financeiras entre fornecedores e clientes.

Batalha (1997) complementa que a cadeia de produção pode ser segmentada, de jusante a montante, em três macrosssegmentos: comercialização (empresas que viabilizam o consumo e o comércio dos produtos finais), industrialização (responsáveis pela transformação das matérias-primas em produtos finais), e produção de matérias-primas (firmas que fornecem as matérias-primas iniciais para outras empresas que vão processá-las).

Finalmente, é interessante destacar algumas definições relacionadas a essas asserções conceituais. De maneira geral, há discrepância no emprego dos termos: sistema agroindustrial, complexo agroindustrial, cadeia de produção agroindustrial e *agribusiness*.

O Sistema Agroindustrial (SAG) não está associado a uma matéria-prima ou produto final específico, sendo formado por vários complexos agroindustriais (complexo soja, complexo leite, complexo carne bovina, etc.).

O Complexo Agroindustrial (CAI) tem como ponto de partida determinada matéria-prima de base, derivando da abordagem americana. “A

formação de um complexo agroindustrial exige a participação de um conjunto de cadeias de produção, cada uma delas associada a um produto ou a uma família de produtos” (BATALHA, 1997, p. 32).

A Cadeia de Produção Agroindustrial (CPA), ao contrário do complexo agroindustrial, é definida a partir de um determinado produto final, assim como propõe a vertente francesa.

O *Agribusiness* é composto de inúmeros sistemas agroindustriais, dos mais diversos produtos de origem vegetal ou animal.

Todos esses níveis de análise são regidos e influenciados por atores contidos em ambientes externos a CAP. Assim, nos próximos tópicos, discorre-se sobre o ambiente institucional constituído de leis e regulamentos, e o ambiente organizacional composto por empresas que apoiam o desenvolvimento da cadeia.

2.1.2 Ambiente organizacional

O ambiente organizacional é composto por estruturas criadas para dar suporte ao funcionamento dos SAGs (ZYLBERSZTAJN; NEVES, 2005). Essa constituem organizações, responsáveis pela provisão de bens públicos e coletivos, cuja oferta adequada depende da ação do Estado ou de organizações de interesse privado.

Dentre as áreas contempladas e agentes inclusos nesse ambiente estão: representações de classes; consultoria e assistência técnica; pesquisa e desenvolvimento; agentes financeiros; organismos de regulação, fiscalização e controle; e organizações não governamentais.

Conforme exposto por Rezende et al. (2012), o estudo dessas diversas organizações é de fundamental importância para se conhecer o ambiente organizacional e as questões comuns inerentes aos diversos segmentos da

cadeia, visto que parte da eficiência do conjunto dos vários elos da cadeia é decorrente do ambiente organizacional.

Quanto ao conceito de Organização, Nassar (2001) discute três definições. A primeira indica a organização como sendo a entidade por meio da qual, pessoas interagem para alcançar objetivos econômicos individuais e coletivos. A segunda, como um grupo de indivíduos dedicados a alguma atividade executada com determinado fim. A terceira, define organizações como nexos de contrato entre membros de uma mesma esfera, com o objetivo de economizar custos de transação. As duas primeiras baseiam-se nos objetivos finais de seus agentes, e, a última, fundamenta-se na economia dos custos de transação.

Tais organizações somente conseguirão atingir os resultados esperados se houver a coordenação das ações de seus membros, homogeneidade de interesses, capacidade de negociação e encaminhamento da solução de conflitos (SATOLANI; CORRÊA; FAGUNDES, 2008). Assim, conhecer e compreender o papel dessas organizações perante o Sistema Agroindustrial é essencial em todos os níveis (federal, estadual e municipal).

2.1.3 Ambiente institucional

O ambiente institucional é constituído por um aparato legal ou cultural que afeta diretamente o desenvolvimento das atividades econômicas, e consequentemente o funcionamento da cadeia de produção.

As instituições, classificadas em formais (leis, normas, regras, etc.) ou informais (tradições, crenças, costumes e outros fatores socioculturais), configuram-se como as regras do jogo da sociedade (ZYLBERSZTAJN; NEVES, 2005). Essa também, segundo Satolani, Corrêa e Fagundes (2008)

criam e delimitam o ambiente onde ocorrerá a transação e onde as organizações irão atuar.

No que se refere às instituições formais e o atual desenvolvimento da agricultura, o Estado tem desempenhado um papel fundamental como elemento aglutinador, mediante políticas governamentais específicas (GUILHOTO; FUTUOSO; BARROS, 2000). O conhecimento dessas regulamentações contribui com a tomada de decisão no sentido de prevenir ameaças e aproveitar oportunidades.

No tocante à relação entre Nova Economia Institucional (NEI) e esse ambiente, é comum encontrar registros na literatura teórica e em estudos empíricos. Farina (1999) explica que a NEI procura identificar qual a melhor forma de organização das transações econômicas, cuja configuração altera as condições iniciais para a alocação de recursos. Assim, tem-se a teoria da Economia dos Custos de Transação (ECT) como um braço da NEI (VILPOUX, 2011).

A evolução institucional no País caminha rumo à defesa da livre concorrência, ao tratamento diferenciado ao pequeno empreendedor rural e ao combate às desigualdades sociais. Assim, o Estado passa a regular e não mais a interferir, de forma direta, nos mercados.

3 MATERIAL E MÉTODO

O objetivo da discussão empírica deste trabalho consiste em investigar as interfaces entre os ambientes do SAG e os agentes do elo da produção. A interface aqui é entendida como a interação entre os produtores rurais amostrados com o aparato institucional vigente e com os agentes que compõem a estrutura organizacional do ambiente em que estão inseridos, ou seja, o sistema agroindustrial.

Para atender a esse objetivo, utilizou-se a metodologia descrita a seguir, estruturada pelas seguintes subdivisões: sistema agroindustrial; características da pesquisa; métodos de pesquisa; área de estudo, população e amostragem; coleta e análise dos dados; e, operacionalização das variáveis.

3.1 Sistema Agroindustrial (SAG)

Conforme Nasser e Botelho (1999), a abordagem do SAG cria possibilidades de análise condizentes com o mundo real, em que as mudanças ocorrem de forma rápida e acentuada.

Tal conceito, em sua essência, não pressupõe a escolha de uma matéria-prima agropecuária ou produto final específico, como é o caso do complexo agroindustrial e da cadeia de produção agroindustrial, respectivamente. Portanto, não se retrata neste trabalho um complexo agroindustrial ou uma cadeia de produção em particular (complexo da soja ou cadeia produtiva do leite, por exemplo).

A análise, por meio do conceito de SAG, apresenta três níveis distintos. O nível “micro” considera a unidade de análise como sendo a firma, o produtor agrícola ou a entidade governamental, com suas características organizacionais,

tecnológicas, vantagens e desvantagens competitivas. Num patamar intermediário, enfoca-se a inserção da organização estudada no SAG (ou SAG's) em que ela atua. Nesse ponto, são analisados os outros participantes do sistema, a divisão de poder entre eles, a distribuição e fluxos de recursos, as formas de coordenação existentes, as pressões e tendências atuando no sistema. No nível mais "macro", volta-se a atenção para o ambiente econômico e as políticas públicas que podem afetar o sistema (ambiente institucional) (NASSAR, 2001).

Considerando que o estudo almeja, fundamentalmente, identificar os elos fracos do sistema e incentivá-los por meio da avaliação de política pública e privadas existentes, a análise do SAG empregada compreende todos os níveis supracitados.

3.2 Características da pesquisa

A pesquisa aplicada pode ser classificada como exploratória, descritiva e de natureza quantitativa e qualitativa, a partir da adoção do processo investigativo de sequência circular. O foco prioritário investiga a realidade dos produtores rurais amostrados, sob a abordagem do SAG, considerando o arcabouço teórico relativo às políticas públicas agrícolas.

Pode-se dizer que a pesquisa exploratória tem como intuito proporcionar maior familiaridade com o problema, geralmente ainda pouco abordado na literatura, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (GIL, 2007). Por sua vez, conforme Triviños (1987), a pesquisa descritiva tem como meta descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

No tocante à abordagem, Gerhardt e Silveira (2009) concluíram que a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. Para Hayati, Karami e Slee (2006) as abordagens qualitativas e quantitativas podem ser usadas

simultaneamente para responder a uma questão de pesquisa, visto que as diferenças entre as tradições quantitativa e qualitativa são apenas estilísticas, sendo metodologicamente e substancialmente sem importância.

Assim, tendo em vista os objetivos específicos que visam a posicionar os agentes no SAG e compreender as influências no desenvolvimento da propriedade rural, adotou-se a abordagem qualitativa. Essa tem como foco compreender um fenômeno, um processo, as perspectivas e visão de mundo das pessoas envolvidas (MERRIAM, 2002). Minayo (2011) afirma que compreensão é a palavra-chave de toda investigação qualitativa. Nesse caso, pretendeu-se posicionar os produtores rurais perante o SAG (por meio da pesquisa bibliográfica) e compreender a influência das políticas públicas no desenvolvimento das propriedades inseridas nesse sistema (mediante pesquisa documental e pesquisa de campo do tipo *survey*).

A abordagem quantitativa caracteriza o objetivo específico que busca conhecer a perspectiva do produtor rural com relação às políticas públicas. Nessa, os resultados foram quantificados, permitindo a mensuração de opiniões, hábitos e atitudes. Assim, a pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, dentre outros (FONSECA, 2002).

Elucidando o processo circular de pesquisa, de acordo com Alencar (1999), o pesquisador deve, inicialmente, buscar pressuposições alicerçadas por referências teóricas, em relação ao seu problema de pesquisa. Essas pressuposições servem de base para a formulação de um roteiro. Dessa forma, o pesquisador já passa a ter elementos para iniciar a coleta de informações, utilizando para isso diversos métodos. As informações geradas por meio dessa coleta devem ser analisadas e os resultados prévios podem ser utilizados para o aperfeiçoamento do roteiro e novas coletas. Assim, novas perspectivas podem ser vislumbradas no âmbito da pesquisa.

Este processo circular, que requer idas e vindas ao campo, seguidas de análise das informações coletadas, pode trazer elementos que levem o pesquisador a reformular as questões inicialmente traçadas e readequar a pesquisa à realidade observada, permitindo maior alinhamento com a prática e a possibilidade de questionamento da teoria (ALENCAR, 1999; DENZIN; LINCOLN, 1994; SPRADLEY, 1980). Dessa forma, a abordagem circular de pesquisa caracteriza-se pela sua flexibilidade, fato que permite, de acordo com Denzin e Lincoln (1994), a reestruturação social da realidade.

A estratégia de pesquisa é ilustrada na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

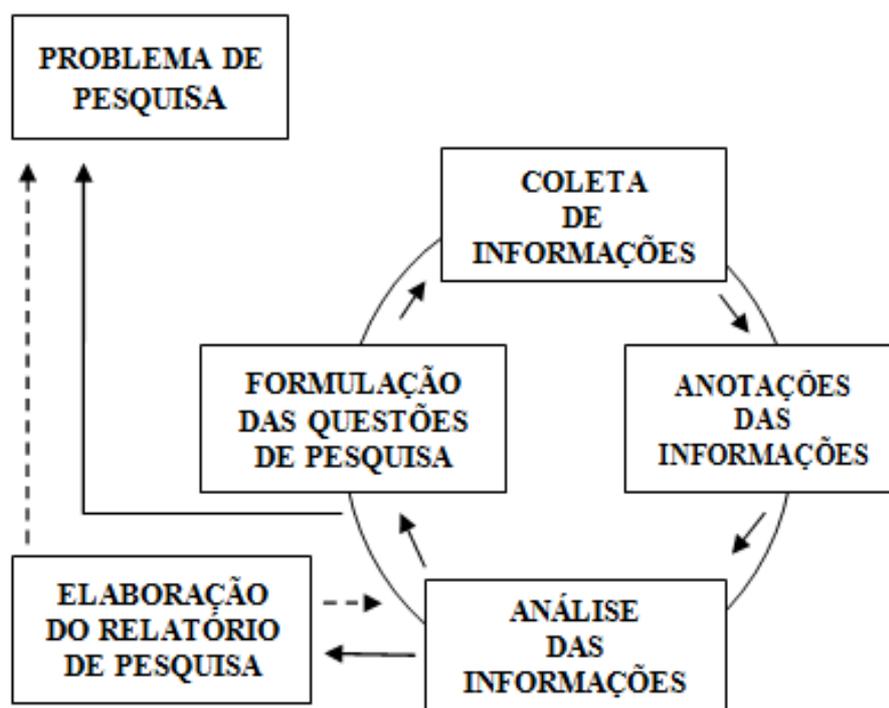


Figura 1 Processo circular de pesquisa em ciências sociais
 Fonte: Alencar (1999, p. 29), adaptado do esquema de Spradley (1980).

3.3 Métodos de pesquisa

Para se desenvolver uma pesquisa, é indispensável selecionar o método de pesquisa a utilizar. De acordo com as características da pesquisa, poderão ser escolhidas diferentes modalidades, sendo possível aliar o qualitativo ao quantitativo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Neste estudo, pode-se caracterizar a pesquisa quanto aos procedimentos como: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo do tipo *survey*.

Em relação aos métodos que visam subsidiar a abordagem qualitativa, destacam-se a pesquisa bibliográfica e a documental.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (FONSECA, 2002).

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. Todavia, a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002).

Ambos os métodos, tiveram um papel importante em todas as fases do estudo. Primeiramente, buscaram-se informações que respaldassem o problema de pesquisa e o referencial teórico. Na fase de elaboração dos questionários, essas pesquisas subsidiaram a escolha das questões. Posteriormente, por meio desses procedimentos, discutiram-se os resultados, posicionando os agentes do SAG e sistematizando as políticas de desenvolvimento para o setor.

Em relação à abordagem quantitativa, foi realizada pesquisa de campo do tipo *survey*, aplicando-se questionários semiestruturados, por meio de entrevista pessoal. Entende-se pesquisa com *survey*, como sendo a obtenção de dados ou informações sobre as características ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizando um questionário como instrumento de pesquisa. O procedimento é indicado principalmente para pesquisas exploratórias e descritivas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Outro ponto a mencionar com relação ao estudo, é que o sigilo foi garantido, não se identificando os respondentes.

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, realiza-se coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes técnicas de pesquisa (FONSECA, 2002). Neste caso, optou-se pela entrevista, uma técnica de interação social em que o pesquisador busca obter dados a partir das informações fornecidas pelo entrevistado.

De acordo com Boni e Quaresma (2005), a entrevista semiestruturada pode combinar perguntas abertas e fechadas, em que o informante passa a discorrer sobre o tema proposto. O entrevistador tem a liberdade de dirigir a entrevista, devendo fazer perguntas adicionais para elucidar determinadas questões, consideradas chave para a compreensão de determinados temas. Assim, a entrevista semiestruturada foi empregada visando uma maior abertura entre o entrevistado e o entrevistador, o que permite a abordagem de assuntos pouco explorados.

A seguir, destacam-se algumas características da área em que foi desenvolvida a pesquisa de campo, os critérios para seleção dos municípios, sujeitos de pesquisa e a amostragem.

3.4 Área de estudo, população e amostragem

A área de estudo (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) compreende os municípios selecionados na mesorregião do Campo das Vertentes e nos municípios que se encontram na região de fronteira da mesorregião Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais.

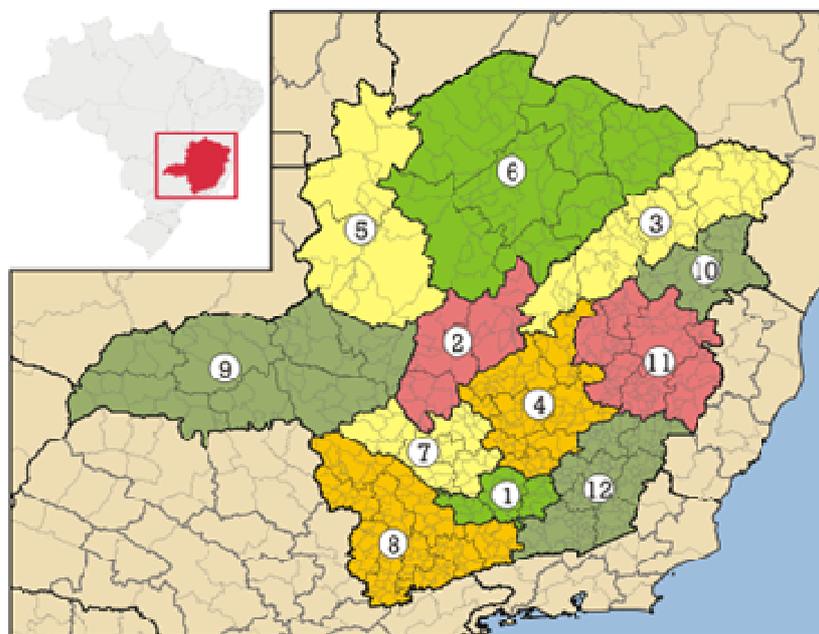


Figura 2 As doze mesorregiões do estado de Minas Gerais, identificando a do Campo das Vertentes (nº 1) e a do Sul/Sudoeste (nº 8)

Fonte: Minas Gerais (2012)

A mesorregião do Campo das Vertentes é uma das doze mesorregiões do estado de Minas Gerais. É formada pela união de 36 municípios agrupados em três microrregiões: Lavras, São João Del Rei e Barbacena, com um total de 554.354 pessoas residentes.

A mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas é formada pela união de 146 municípios agrupados em dez microrregiões, com uma população de 2.438.611. Alguns municípios limítrofes do Sul/Sudoeste de Minas com a mesorregião do Campo das Vertentes possuem muitas semelhanças como altas altitudes, um clima ameno e chuvoso e com a economia voltada para a agricultura. Assim, integraram à amostragem as microrregiões de Andrelândia e São Lourenço.

Para a escolha dos municípios considerou-se, dentre outras questões, os objetivos que se pretendiam alcançar com a pesquisa. Assim, optou-se pelos municípios que revelaram estagnação econômica das atividades agropecuárias, e dentre esses, os que demonstraram interesse em participar da pesquisa e forneceram apoio logístico. Ademais, a importância socioeconômica, tecnológica, institucional e, principalmente, a vocação histórica, dominada pela agricultura e empreendimentos familiares, foram sublinhadas.

Assim, a pesquisa de campo foi realizada nos seguintes municípios: Itutinga, Carrancas, Madre de Deus de Minas, São Vicente de Minas, Andrelândia, Arantina, Serranos, Seritinga, Bom Jardim de Minas, Aiuruoca, Alagoa, Carvalhos, Liberdade, Cruzília e Minduri.

A partir da escolha dos municípios, procedeu-se à definição da população. Segundo Marôco (2011), as investigações estatísticas utilizam, na maioria dos casos, grupos mais restritos e que podem ser realmente acedidos, designando-os por população do estudo. Logo, definem-se os produtores rurais como sujeitos da pesquisa e os estabelecimentos rurais como unidades de análise.

De acordo com as estatísticas publicadas na divulgação temática do Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2012) é possível ter um panorama da área e do número de estabelecimentos rurais na região de estudo.

Complementarmente, na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** indica-se o número de casos em cada município amostrado.

Tabela 1 Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Mesorregiões e Municípios amostrados – Censo Agropecuário 2006

Mesorregiões e Municípios amostrados	Agricultura familiar Lei nº 11.326		Não familiar		Total de estabelecimentos	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Existentes	Amostrados
Campo das Vertentes	12.959	226.430	3.008	343.964	15.967	34
Itutinga	204	6.545	31	6.234	235	10
Carrancas	97	3.903	80	22.376	177	12
Madre de Deus de Minas	120	5.491	86	19.724	206	12
Sul/Sudoeste de Minas	72.709	1.111.221	18.302	1.932.531	91.011	171
Alagoa	225	5.134	31	2.197	256	10
Andrelândia	516	15.621	228	46.347	744	28
Aiuruoca	249	8.249	130	26.749	379	22
Arantina	118	3.049	14	1.445	132	10
Bom Jardim de Minas	243	7.220	88	10.594	331	18
Carvalhos	512	11.395	84	9.722	596	12
Cruzília	349	8.104	115	27.488	464	16
Liberdade	323	8.641	83	13.175	406	10
Minduri	51	2.282	45	11.370	96	15
São Vicente de Minas	72	3.376	83	15.437	155	12

Seritinga	103	2.649	30	5.387	133	10
Serranos	105	3.001	66	12.977	171	8

Fonte Elaborado pela autora, adaptado do Censo Agropecuário 2006, Agricultura Familiar (IBGE, 2012).

Considerando, o número de estabelecimentos no meio rural (N) e o número de estabelecimentos amostrados (n), tem-se uma amostra de 4,57% da população, valor considerado significativo.

$$\frac{n}{N} = \frac{205}{4481} = 0,04574872 \text{ ou } 4,57\%$$

Segundo dados mais recentes, divulgados pelo Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2013a), a área territorial total amostrada, considerando os 15 municípios, é de 6.057 km², compreendendo 82.258 pessoas, distribuídas em 23.681 famílias, das quais 5.313 residem no meio rural.

Sob o aspecto socioeconômico, um levantamento bibliográfico no período de 1999 a 2010, possibilitou a identificação de uma tendência, o empobrecimento dos produtores rurais, bem como dos municípios que dependem basicamente da agropecuária. Mesmo identificando que a pecuária leiteira é uma das atividades mais importante das regiões amostrada, gerando renda e emprego, percebeu-se um processo de estagnação desse território.

Na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, destacam-se alguns indicadores, em níveis nacional, estadual, por mesorregiões e municípios selecionados. Dentre eles, o PIB, PIB Agropecuário e o recentemente divulgado IDHM, com as variáveis IDHM, IDHM Renda, IDHM Educação e Índice de Gini.

O Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes apresenta valores crescentes para o período de 1999 a 2010. Todavia, quando se analisa a evolução do PIB municipal, há uma ligeira queda no ano de 2006, para a maioria dos

casos (IBGE, 2013b). Destacam-se Cruzília, Andrelândia e São Vicente de Minas, respectivamente, com os maiores PIB's municipais.

Tabela 2 Variáveis Socioeconômicas, segundo as Mesorregiões e Municípios amostrados

País, Estado, Mesorregiões e Municípios	PIB 2010		IDHM 2010			Índice de Gini 2010
	Preços correntes (mil reais)	Agrope- cuário(%)	IDHM	Renda	Educa- ção*	-
Brasil	3.770.084.872	5,3	727	739	0,54	0,60
Minas Gerais	351.380.905	8,48	731	730	0,51	0,56
Campo das Vertentes	6.794.157	11,72	-	-	-	-
Itutinga	57.947	28,7	727	703	0,45	0,54
Carrancas	42.410	43,84	725	687	0,44	0,54
Madre de Deus de Minas	54.639	41,36	699	667	0,45	0,51
Sul/Sudoeste de Minas	41.374.976	14,6	-	-	-	-
Alagoa	25.415	35,78	649	634	0,29	0,42
Andrelândia	104.000	23,01	700	675	0,41	0,51
Aiuruoca	58.443	32,44	668	677	0,32	0,49
Arantina	17.251	7,94	697	633	0,38	0,42
Bom Jardim de Minas	51.485	9,73	673	653	0,39	0,46
Carvalhos	30.051	22,52	646	667	0,28	0,53
Cruzília	117.031	19,83	695	671	0,39	0,49
Liberdade	44.347	18,76	672	679	0,32	0,59
Minduri	31.740	30,72	658	631	0,41	0,49
São Vicente de Minas	76.761	22,63	715	673	0,49	0,53

Seritinga	15.877	20,45	660	657	0,41	0,42
Serranos	17.241	29,55	643	638	0,31	0,50

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado do banco de dados Sidra e Atlas do Desenvolvimento Humano (ATLAS..., 2013; IBGE, 2013b).

(*) Subíndice: Escolaridade da população adulta (% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo).

Com relação ao PIB Agropecuário, a variação é significativa entre os anos de 1999 a 2010, observando-se uma queda na representatividade percentual. A partir de 2008, tal declínio é percebido, tanto em nível nacional e estadual, quanto em nível de mesoregiões e municípios (IBGE, 2013b). Apresentam maiores participações neste indicador, Carrancas e Madre de Deus de Minas, com mais de 40% do PIB municipal oriundos da agropecuária.

Os demais índices contidos na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** são provenientes da plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ATLAS..., 2013). Nela, estão disponíveis indicadores socioeconômicos que dão suporte à análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal.

O IDHM é a média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, sendo criado com a finalidade de popularizar o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, contrapondo a visão do PIB, em que o desenvolvimento é limitado a crescimento econômico. Esse índice é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município. As faixas de desenvolvimento são interpretadas da seguinte forma: 0 – 0,499 (muito baixo), 0,500 – 0,599 (baixo), 0,600 – 0,699 (médio), 0,700 – 0,799 (alto) e 0,800 – 1 (muito alto). Assim, pode-se afirmar que o IDHM dos estratos amostrados está em faixa de desenvolvimento humano médio e alto.

A dimensão IDHM Renda é obtida a partir do indicador Renda per capita, e geralmente possui valor inferior ao IDHM para as amostras. Não houve caso em que o valor municipal ultrapassasse o IDHM nacional.

O IDHM Educação, por sua vez, é composto pela média geométrica de dois subíndices, frequência de crianças e jovens à escola e escolaridade da população adulta. Em virtude dos sujeitos de pesquisa, apenas o subíndice de escolaridade fundamental da população adulta foi considerado. Exemplificando o indicador, em São Vicente de Minas 49% da população com mais de 18 anos, possui o ensino fundamental completo. Esse valor foi o mais elevado dentre as amostras, todavia, está aquém do valor estadual e nacional de 51% e 54%, respectivamente.

Por fim, analisou-se o Índice de Gini, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos, segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). Nesse quesito, os valores superam positivamente o índice estadual e nacional, configurando menor concentração de renda nesses territórios.

Identificada a população do estudo, ainda é preciso definir a amostragem dos sujeitos que constituem a pesquisa. Depois de identificada a população do estudo, perante as características demográficas, sociais e econômicas, ainda é preciso definir a amostragem dos sujeitos que constituem a pesquisa.

Assim, para esta pesquisa, empregou-se a amostragem não probabilística, por limitações de tempo e custo, além de considerá-la apropriada, visto que não se objetiva a generalização dos resultados. Dentre as tipificações, optou-se pela amostragem por julgamento e a amostragem tipo bola de neve. Conforme afirma Alencar (1999), na amostragem não probabilística por julgamento, o pesquisador recorre a um especialista no assunto ou a outras

pessoas que conhecem a população do estudo para que o ajudem a selecionar a amostra. Na amostragem tipo bola de neve escolhe-se, inicialmente, um grupo de indivíduos que, após serem entrevistados, são solicitados a identificar outros que se enquadram no interesse da pesquisa para novas entrevistas.

A partir deste pressuposto, procedeu-se à pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas que aconteceram entre janeiro e março de 2010. Foram visitados 205 estabelecimentos rurais, em quinze municípios. Concomitantemente, as pesquisas bibliográficas e documentais foram desenvolvidas até julho de 2012.

3.5 Análise de dados

Tendo em vista as peculiaridades de cada abordagem (qualitativa e quantitativa), descrevem-se os procedimentos analíticos empregados.

Inicialmente, priorizou-se a abordagem quantitativa a partir do questionário semiestruturado, aplicado por meio de entrevista pessoal. Para isso, elegeu-se um software para a tabulação dos dados. Nesse caso, adotou-se o SPSS 17.0 (*Statistical Package for the Social Sciences*) por sua tradição de utilização nas ciências sociais e humanas, como destaca Marôco (2011). O processo é realizado em quatro etapas que consistem em: introduzir as variáveis da amostra no editor de dados, selecionar o procedimento de análise, selecionar as variáveis a analisar, e examinar e interpretar os resultados.

Na primeira etapa é importante definir o tipo de variável. Logo, os dados coletados correspondem a variáveis qualitativas nominais, ou seja, uma variável que se baseia em qualidades mutuamente excludentes e que não pode ser hierarquizada ou ordenada.

Na segunda etapa, faz-se a opção pelos procedimentos estatísticos. Como a análise de variáveis qualitativas passa normalmente pelo estudo das

contagens ou proporções de cada uma das realizações ou classes da variável (MARÔCO, 2011), este estudo priorizou as análises descritivas e análises de frequência (absoluta e relativa), como forma de caracterizá-las.

Em seguida, selecionam-se as variáveis de interesse, visando à análise de acordo com os temas: regularização fundiária, infraestrutura, crédito, comercialização, apoio técnico, associativismo e política ambiental.

Então, obtêm-se os resultados (o *output*) cuja interpretação se fundamenta nos pressupostos obtidos a partir das pesquisas documentais e bibliográficas, que se configuram como qualitativas.

Nesta última etapa de análise dos dados, utiliza-se a triangulação metodológica. Na perspectiva de Triviños (1987), a triangulação abrange a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo, envolvendo (a) processos e produtos centrados no sujeito, como percepções obtidas pelas entrevistas realizadas pelo pesquisador, (b) elementos produzidos pelo meio do sujeito (como os instrumentos do ordenamento jurídico em apreço neste projeto) e (c) processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo social do sujeito (como o modo de produção capitalista, por exemplo).

No Quadro 1, apresentam-se os métodos e procedimentos de análise, para facilitar a compreensão da metodologia utilizada no estudo.

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Estratégia / Instrumento	Amostra	Análise
Investigar as interfaces de produtores rurais do Sul de Minas Gerais	Posicionar o produtor rural perante o sistema agroindustrial, evidenciando as interfaces	Pesquisa Bibliográfica	Livros e Periódicos Científicos	Análise descritiva

com os ambientes institucional e organizacional do sistema agroindustrial	Relacionar as políticas públicas no âmbito nacional e estadual e sua percepção por parte dos produtores rurais	Pesquisa de campo do tipo <i>survey</i> ; Entrevistas semiestruturadas com aplicação de questionários.	Produtores rurais	Análise descritiva; Análise estatística de frequência
	Compreender como essas políticas públicas e seus agentes influenciam no desenvolvimento da propriedade rural integrante do sistema agroindustrial	Pesquisa documental; Pesquisa bibliográfica; Entrevistas semiestruturadas.	Documentos; Livros; Legislação; Periódicos científicos; Produtores rurais	Triangulação de métodos

Quadro 1 Métodos e procedimentos empregados, segundo os objetivos da pesquisa

3.6 Operacionalização das variáveis

Sendo o objetivo central deste estudo investigar as interfaces de produtores rurais do Campo das Vertentes e do Sul/Sudoeste de Minas Gerais com os ambientes institucional e organizacional do sistema agroindustrial, foi necessário posicionar os agentes da cadeia produtiva, relacionar as políticas públicas e compreender como essas influenciam no desenvolvimento da propriedade rural.

Para alcançar estes objetivos propostos, foram criadas três subdivisões para descrever os resultados avaliados: a estrutura do SAG, a visão dos produtores sobre as políticas públicas e os pontos conflitantes no desenvolvimento do setor.

Em relação à análise da estrutura e agentes do SAG, tem-se a composição do sistema pelas partes definidas como: cadeia produtiva e os ambientes institucional, organizacional e consumidor, unidos por interfaces. Essa configuração constitui a base do agronegócio, reforçando a importância de seu conhecimento.

Outro ponto de verificação a ser destacado é com relação às políticas públicas setoriais. Deve-se ter como referência que os programas e políticas foram examinados com respeito a seus efeitos, por meio de estudos de natureza

descritiva, considerando a forma de incorporação dessas diretrizes na dinâmica do SAG. Os temas selecionados para análise das políticas foram: regularização fundiária, infraestrutura, crédito, comercialização, apoio técnico, associativismo e política ambiental.

Para a análise das questões relacionadas à regularização fundiária, foram utilizadas as variáveis: forma de obtenção das terras, legitimação e conhecimento sobre programa governamental específico.

Sob o quesito infraestrutura, as variáveis abordaram as condições físicas das estradas vicinais, acesso à eletrificação, telefonia e saneamento básico, bem como o conhecimento de políticas públicas.

Para a temática referente ao crédito agrícola, as variáveis incluem o conhecimento de programas, as principais dificuldades e motivos para a não utilização do crédito rural.

Em relação à comercialização destacam-se as variáveis: alternativas de renda, informações de mercado, políticas de preços mínimos, programas de aquisição governamental e implementação de feira livre.

Sob o tema apoio técnico, as variáveis abordadas referem-se à orientação técnica, treinamentos, políticas públicas e gerenciamento da propriedade rural.

O associativismo foi analisado por meio das variáveis: existência, tipo e participação em cooperativas ou associações.

Concluindo os eixos temáticos analisados, a política ambiental é avaliada segundo as variáveis: acesso à legislação, existência de políticas municipais, conhecimento dos programas de pagamento por serviços ambientais (PSA).

Finalmente, visando a subsidiar o último objetivo específico, analisaram-se as contribuições das estratégias escolhidas para a solução de problemas específicos. Assim, realiza-se uma análise descritiva conjunta das

variáveis a fim de se estabelecer um panorama do sistema agroindustrial, especificamente para os casos amostrados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção são apresentados e discutidos os principais resultados da pesquisa. Inicialmente, discute-se sobre o posicionamento dos agentes que compõem o Sistema Agroindustrial, depois apresenta-se a perspectiva do produtor rural com relação às políticas públicas e para finalizar relacionam-se as principais compreensões e interfaces entre os agentes.

4.1 Posicionamento dos agentes

Nesta seção, descrevem-se os principais conjuntos de atores que compõem o Sistema Agroindustrial. São identificadas as características de cada grupo, tendências e as suas inter-relações. Por último, ratifica-se o posicionamento dos agentes e ambientes priorizados por este estudo.

A condução das discussões tem na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** o modelo analítico simplificado do SAG. Um Sistema Agroindustrial é composto por vários Complexos Agroindustriais, e esses, por sua vez, são constituídos por um conjunto de Cadeias de Produção.

Na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, observa-se a esquematização de uma estrutura multidivisional – a cadeia de produção. Aliada a essa, encontram-se os ambientes institucional e organizacional.

Como descrevem Zylbersztajn e Neves (2005), o SAG pode ser visto como um fluxo de produtos e informações, amparado por duas margens representadas pelo ambiente institucional e pelo ambiente organizacional. Visando ao delineamento dessa estrutura, caracterizam-se, ainda que sumariamente, a cadeia e seus agentes.

Parte-se da concepção de cadeia como um grupo de empresas ligadas entre si, formando um conjunto de elos sequenciais (formado de agentes) que

agregam valor ou contribuem, de alguma maneira, para o desenvolvimento dos produtos e/ou serviços, desde a criação e a fabricação de matéria-prima até a distribuição do produto acabado ao consumidor final (DIAS, 2000).

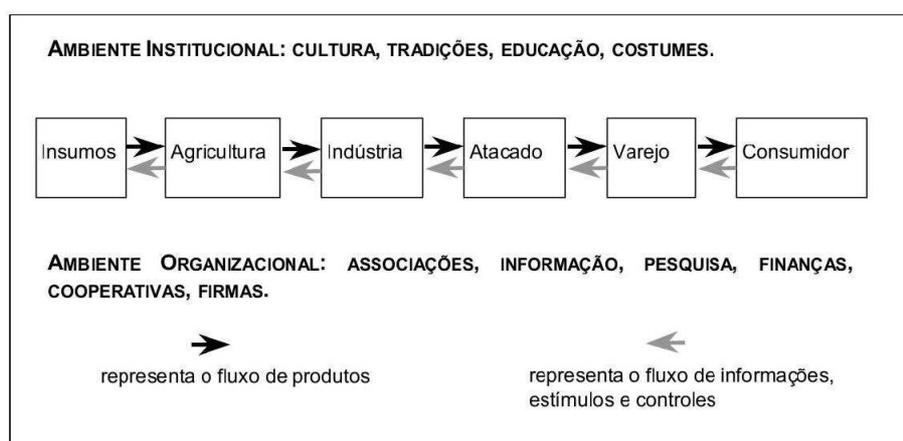


Figura 3 Modelo Simplificado do Sistema Agroindustrial e transações típicas
Fonte: Nassar (2001), adaptado de Zylbersztajn (1995).

Nesse contexto, têm-se como agentes: o consumidor, o varejo de alimentos, o atacado, a agroindústria e a produção primária. Assim, descrevem-se esses agentes usando como base as considerações do trabalho de Zylbersztajn e Neves (2005), não especificando nenhuma cadeia de produção.

O consumidor ou “ambiente consumidor”, como considerado por alguns autores, encontra-se no extremo da cadeia, especificamente, no ponto de conversão do fluxo de produtos. A demanda visa satisfazer suas necessidades, que variam de acordo com uma série de fatores (renda, conveniências, faixa etária, etc.). A tendência para esse campo é de segmentação de mercado (a exemplo os *eco-friendly* ou consumidores verdes), corroborando a necessidade de coordenação das informações entre os agentes.

Seguindo na cadeia, o próximo agente é o varejo que realiza a função de distribuição dos produtos. O contato direto com o consumidor lhe concede poder

no processo de coordenação do SAG, favorecendo seu desenvolvimento e automação, via acesso de informações privilegiadas. Como resultado, nota-se a criação de marcas próprias e a concentração desse elo.

O atacado, assim como o varejo, inclui-se no sistema de distribuição de alimentos. Para esse agente é fundamental concentrar fisicamente o produto e permitir que atores varejistas se abasteçam. Contudo, a busca por redução de custos e a execução de contratos diretos entre o varejo e o produtor, impactam esse agente.

A agroindústria compreende as indústrias que atuam na fase de transformação. Ao longo dos anos, ocorreu a especialização e concentração industrial. Com isso, as agroindústrias de alimentos buscaram por fusões ou aquisições. As indústrias de insumos destinados à produção rural, além do processo de aquisição, investiram em parcerias visando incrementos tecnológicos. Com relação às indústrias de bens de capital (máquinas e implementos agrícolas), verificaram-se ajustes para redução dos custos e melhorias no processo tecnológico e produtivo.

A produção primária é composta por agentes dispersos geograficamente e heterogêneos que atuam na geração de matéria-prima para a indústria de alimentos. As tendências apontam a crescente complexidade de se gerir a atividade agropecuária. Isso induz uma mudança no perfil do produtor que deve ter habilidade para lidar com aspectos técnicos, mercadológicos, de recursos humanos e ambientais. Ademais, tem-se a necessária busca da eficiência econômica.

Estes diversos agentes que atuam na cadeia produtiva, qualquer que seja ela, estão sujeitos a influências dos ambientes institucional e organizacional. Por isso, faz-se necessário conhecer e compreender o funcionamento das organizações e instituições, para se estabelecerem estratégias de ação (REZENDE et al., 2012).

À medida que muda o ambiente institucional e organizacional, altera-se o ambiente competitivo, e todos os agentes econômicos envolvidos no processo produtivo do agronegócio, são afetados (SATOLANI; CORRÊA; FAGUNDES, 2008). Assim, para os efeitos dessa apreciação, surge a necessidade de se conhecer o posicionamento adequado dos agentes e suas interfaces.

Há, assim, uma indagação: por que posicionar os agentes? A resposta é simples, o posicionamento define as ações. Contudo, antes é necessário conhecer o setor, no caso o Sistema Agroindustrial. Posteriormente, deve-se delimitar a empresa, perante suas características. Então, posicioná-la na estrutura, identificando as interfaces, a conjuntura institucional e as organizações participantes. Por fim, proceder-se à gestão.

Considerando estes passos e as exposições, até o momento realizadas, tem-se os agentes e ambientes do SAG descritos; e, a empresa, caracterizada na seção seguinte, definida como as unidades de produção agropecuárias amostradas. Cabe agora, posicionar os agentes perante o SAG (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

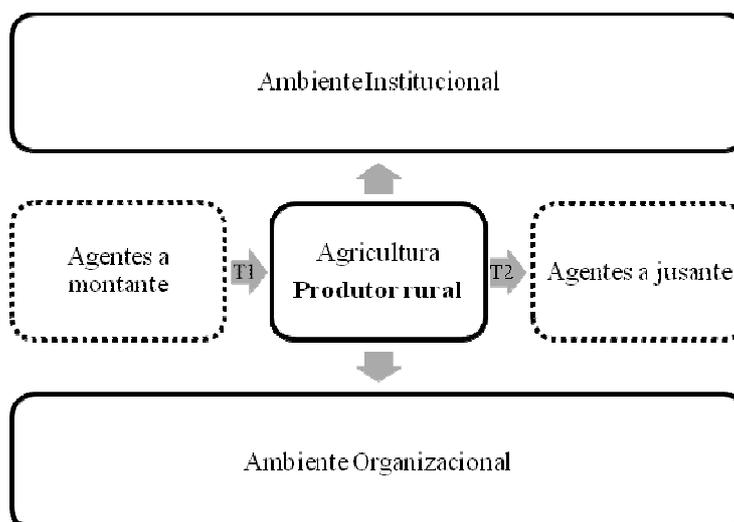


Figura 4 Posicionamento do produtor rural no Sistema Agroindustrial e as interfaces

Na Figura 4, apresenta-se o esquema que configura as relações entre os agentes do SAG, priorizados neste trabalho, ou seja, as interfaces entre os agentes do elo da produção e os ambientes institucional e organizacional.

A visão sistêmica, proposta pelo modelo de SAG, ressalta o conhecimento das inter-relações e interdependências entre os elos como sendo mais importante que o conhecimento de seus componentes. Assim, compreender as interfaces, mediadas por transações entre os elos firmadas por meio de contratos, é crucial para o entendimento da dinâmica do agronegócio e, conseqüentemente, a adoção de processos de gestão eficazes.

Não se pretende, neste estudo, traçar estratégias de gestão, pois para isso seria necessário definir um complexo agroindustrial ou uma cadeia de produção específica. No entanto, cabe uma definição dessa última etapa do processo analítico de SAGs.

Assim, o termo gestão, colocado por Dias (2000), refere-se à forma de administrar uma organização via ação direta exercida por meio do processo de planejamento, organização, liderança e avaliação.

Colocadas as ponderações iniciais, as seções seguintes respondem às percepções dos agentes da produção primária com relação às políticas públicas e, posteriormente, como essas influenciam no desenvolvimento da propriedade rural, integrante desse sistema.

4.2 Reflexões sobre as políticas públicas

Esta subdivisão dos resultados corresponde ao objetivo específico que busca relacionar as políticas públicas e sua percepção por parte dos produtores rurais, segundo as seguintes temáticas: regularização fundiária, infraestrutura, crédito, comercialização, apoio técnico, associativismo e política ambiental.

4.2.1 Regularização fundiária

Optou-se por iniciar as discussões com a temática regularização fundiária, pois essa garante ao produtor a segurança jurídica da posse do imóvel.

Na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, estão caracterizadas as relações do produtor com a propriedade rural, segundo as variáveis: obtenção e legitimação das terras, programas públicos governamentais associados ao manejo da área de exploração, dentre outros, na região de estudo.

Constata-se que a maioria dos entrevistados obteve acesso à propriedade da terra por meio da herança familiar (60%), seguida do sistema de aquisição por compra de novas áreas (56%). Identificou-se que 4% tiveram acesso à propriedade rural por posse e apenas 1% por usucapião.

Tabela 3 Relação do produtor com as propriedades agrícolas entrevistadas, na região pesquisada, 2010

AMOSTRAGEM		(%)	
REGIONAL	Forma de obtenção das terras*	Herança	60%
		Compra	56%
		Doação	2%
		Posse	4%
		Usucapião	1%
	Legitimação da posse das terras	Sim	77%
		Não	23%
	Conhece algum programa governamental para a legalização da terra?	Sim	9%
		Não	91%
	Motivo pelo qual não legitimou a posse das terras	Não há necessidade	2%
Não sabe como fazer		2%	
Burocracia		13%	
Outros		6%	

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

(*) O somatório foi superior a 100%, pois as opções não são excludentes. Ou seja, o produtor pode ter obtido a terra por herança e compra.

Estes resultados levam a inferir que os agricultores ainda mantêm vínculo com o campo, inclusive, 28% dos entrevistados afirmam ter interesse de ampliar a área de sua propriedade. Mesmo no caso daqueles que a receberam por meio da herança familiar, parte-se da hipótese de que a maioria deve continuar suas atividades na agropecuária, até porque as cidades amostradas na região de estudo não oferecem um programa de trabalho e geração de renda que atenda a todas as comunidades rurais envolvidas.

Com base nos dados da **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, observa-se que 77% das propriedades entrevistadas estão legalizadas, no que se refere à sua utilização. Portanto, ainda existem 23% dos produtores na informalidade, com relação ao uso da terra. Segundo 13% produtores, é intenção proceder à legalização, mas entraves burocráticos impedem tal decisão.

Conforme informações obtidas durante a pesquisa documental, atualmente, a legitimação de posse, identificada na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, está regulamentada pela Lei nº 6.383 de 1976. Observa-se, consoante disposição desta Lei, que a legitimação da posse não é promovida de vez; há uma concessão de uma licença de ocupação, que será obtida se os atendidos possuírem os seguintes requisitos prévios: a) serem terras devolutas; b) área de até 100 hectares; c) comprovação de morada permanente e cultura efetiva, pelo lapso temporal não inferior a um ano; d) não ser proprietário do imóvel rural e e) exploração de atividade agrária com seu trabalho e o de sua família direta e pessoalmente.

A licença de ocupação será concedida se observados esses requisitos prévios. Essa licença de ocupação é um documento que demonstra a titulação da posse, permitindo o acesso ao crédito rural e a preferência para aquisição definitiva do imóvel pelo preço histórico da terra nua. É dado pelo prazo mínimo de quatro anos.

Ainda tendo em vista esse mesmo requisito legal para a legitimação de posse, pode-se criticar a exigência de que a atividade agrária seja exercida direta e pessoalmente pelo possuidor e sua família. Exigir o trabalho direto e pessoal do possuir seria correto, mas, o fazer quanto à sua família, seria restringir a concessão da licença de ocupação a um requisito que dependerá da vontade da família de trabalhar a terra ou escolher outra ocupação, como, por exemplo, estudar na zona urbana.

De acordo com os dados da **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e com base nos depoimentos dos produtores, não foram especificados programas públicos de legalização e posse da terra, ainda que alguns afirmassem possuir conhecimento desses.

Todavia, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretária de Reordenamento Agrário (SRA) possui o programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, em parceria com os Governos Estaduais.

Este programa viabiliza aos agricultores familiares a permanência na terra, por meio da segurança jurídica da posse do imóvel. Permite também o conhecimento da situação fundiária brasileira, tornando-se um instrumento para o planejamento e a proposição de políticas públicas locais, como o crédito rural e a assistência técnica. São beneficiários do Programa os pequenos posseiros e os proprietários dos imóveis rurais objetos da ação de cadastro e regularização fundiária. As áreas prioritárias são aquelas nas quais há ocorrência de posses passíveis de titulação, incidência de “grilagens”, concentração de pequenas propriedades bem como as áreas onde existam projetos de desenvolvimento territorial e local (BRASIL, 2013f).

Esta ação social atende às áreas rurais devolutas de domínio Estadual por meio de um processo realizado em três etapas: cadastro, titulação e georreferenciamento. Para ser beneficiado pelo programa, o limite das terras

devolutas federais não deverá ultrapassar 100 hectares e as terras do Estado, devem ter de 100 a 250 hectares.

4.2.2 Infraestrutura

A infraestrutura coloca-se como parte essencial na promoção do desenvolvimento territorial rural e da qualidade de vida. Essa seção aborda os aspectos relacionados à logística, eletrificação, telecomunicações e saneamento.

Iniciam-se as análises sob a ótica da logística, avaliando os meios de transporte utilizados pelos agricultores rurais para se locomoverem de suas propriedades até as cidades sedes, bem como informações sobre as condições físicas das estradas vicinais.

De acordo com os dados da **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, pode-se considerar que 24% dos moradores rurais não possuem acesso a veículos automotores; 9% dos entrevistados utilizam veículos de tração humana ou bicicleta e 8% dependem de carona. Supõe-se que esses resultados estejam associados a um processo de descapitalização dos sistemas econômicos explorados nas comunidades entrevistadas. Todavia, nota-se que mais de 80% dos agricultores pesquisados informaram que possuem veículo próprio para transporte, incluindo os que fazem uso de motocicletas.

Tabela 4 Meios de transportes utilizados pelos produtores rurais entrevistados, na região pesquisada

AMOSTRAGEM	Distância da propriedade ao município (km)			Tipo de condução normalmente utilizada			
	Média	Mín	Máx.	Huma-na	Ani-mal	Auto-móvel	Carona
REGIONAL	11,60	0	38	9%	7%	87%	8%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

A implantação e o desenvolvimento de uma forma de transporte que atenda às necessidades mínimas da população, que reside e/ou trabalha na área rural, serão factíveis e socialmente rentáveis se forem conjugados os esforços e os recursos do governo municipal.

Na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, os dados referem-se ao nível de satisfação dos produtores rurais entrevistados com as políticas ligadas à secretaria de obras dos municípios amostrados na região.

Tabela 5 Condições físicas das estradas vicinais na região pesquisada

AMOSTRA- GEM	As estradas oferecem condições de tráfego?		Houve melhoramento nas estradas vicinais nos últimos anos?		Benefícios advindos do melhoramento nas estradas			
	Sim	Não	Sim	Não	No- vos negó- cios	Redução do custo de transporte	Lazer e despor- -to	Ou- tros
REGIONAL	40%	60%	54%	46%	51%	58%	34%	3%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Conforme dados da **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, 60% dos produtores entende que as estradas dos municípios amostrados não estão em boas condições, apesar de terem sido feitas melhorias nas estradas vicinais, nos últimos anos. A maior parte dos entrevistados concorda que esse é um aspecto que deve ser priorizado pela gestão pública, haja vista que melhora o nível de negócios na opinião de 51% dos produtores entrevistados e facilitou o deslocamento para 58% dos agricultores, com impacto na melhoria de qualidade de vida no setor de lazer e desporto. Essa é, inclusive, uma informação que merece atenção, pois representa uma das formas de manter o vínculo dos jovens

com suas comunidades, mesmo que o entretenimento seja no setor urbano, mas com facilidades de retornos para o rural.

Os programas nacionais e estaduais pouco atuam na área de logística rural, motivada pela autonomia dada aos municípios. Esses, por sua vez, priorizam as ações paliativas e pontuais, desencadeando um processo de estagnação do desenvolvimento local, em virtude da dificuldade de escoamento da produção agrícola.

Dando continuidade às análises, a **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e **Erro! Fonte de referência não encontrada.** fazem inferência à eletrificação no meio rural.

Tabela 6 Acesso à eletrificação no meio rural nas propriedades rurais entrevistadas na região pesquisada

AMOSTRAGEM	A propriedade tem energia elétrica?		Se não tem, já tomou providências para a instalação?		Lar	Modo de utilização da energia elétrica		
	Sim	Não	Sim	Não		Máquinas-motores	Iluminação-externa	Outros
REGIONAL	83%	17%	82%	18%	81%	71%	38%	3%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Segundo dados da **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, 83% dos entrevistados relatou possuir energia elétrica em sua propriedade, sendo que essa é utilizada mais para as atividades domésticas do que para a produção em geral.

Por ser uma região com predominância da pecuária leiteira, a política de eletrificação rural é fundamental para a melhoria da qualidade do produto final e a geração de renda. A Instrução Normativa nº 62 (IN 62) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) impede a venda de leite *In*

Natura, exigindo o processo de resfriamento na propriedade e os procedimentos de transporte (BRASIL, 2011).

Os dados da **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, referem-se à utilização dos motores/geradores existentes nas propriedades da região e também ao conhecimento de programas governamentais de eletrificação rural.

Considerando que 17% dos agricultores ainda não possuem energia elétrica em suas fazendas, a presença do motor a óleo diesel ainda é indispensável e o percentual é elevado, considerando a relação das propriedades que possuem energia elétrica.

Devido ao potencial hídrico da região, estratégias de geração de energia pela água ainda têm seu espaço, provavelmente via “Rodas da Água”, muito utilizadas no passado, nas grandes propriedades rurais.

Tabela 7 Utilização e conhecimento de programas de eletrificação nas propriedades rurais entrevistadas na região pesquisada

AMOSTRAGEM	Tipo de gerador/motor na propriedade				Conhece algum programa governamental de incentivo à eletrificação rural?	
	Diesel	Elé- trico	Água	Não tem	Sim	Não
REGIONAL	21%	35%	3%	36%	83%	17%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Cerca de 80% dos respondentes conhecem programas de eletrificação rural e a pesquisa teve acesso a reuniões entre os produtores interessados nessa melhoria. O programa em questão era “Luz para Todos” e estava sendo lançado em Andrelândia, no mês de janeiro de 2010, com a presença expressiva de agricultores.

Em 2003, o governo federal assumiu, como desafio, terminar com a exclusão elétrica no País. À época, pelo menos dois milhões de domicílios (80%

no meio rural) permaneciam sem acesso a uma fonte confiável e permanente de eletricidade. Em Janeiro de 2013, o número de beneficiados pelo Programa já somavam 3,04 milhões de famílias, o equivalente a cerca de 14,83 milhões de pessoas residentes na área rural do norte ao sul do País (BRASIL, 2013d).

No que se refere às telecomunicações, a **Erro! Fonte de referência não encontrada.** contém os dados relativos à importância dada pelos entrevistados a esse sistema. Observa-se que 83% dos agricultores têm acesso à telefonia rural, predominando o aparelho celular. Considerando as vantagens elencadas pelos entrevistados (facilidade nos negócios, tranquilidade social, redução de viagens e melhoria das informações de mercado), entende-se que o poder público e o privado, em parceria, deveriam priorizar essa política, pois ainda 17% dos agricultores não têm essa facilidade. Deveriam, também, levar para a região novas operadoras.

Percebe-se que esta não é uma política divulgada pelo poder público, pois a quase totalidade dos entrevistados afirmou desconhecer qualquer política ligada ao incentivo à telefonia rural, ficando mais no interesse do privado. Porém, o Ministério das Comunicações, mediante a Portaria nº 431 instituiu o Programa Nacional de Telecomunicações Rurais, promulgado em 23 de julho de 2009 (BRASIL, 2009).

Tabela 8 Acesso à telefonia no meio rural nas propriedades agrícolas, na região pesquisada

AMOSTRAGEM			%
REGIONAL	Acesso à telefonia na propriedade	Sim	83%
		Não	17%
	Tipo de acesso à telefonia	Celular	85%
		Fixo	10%
		Público	5%
	Utiliza o telefone regularmente?	Sim	75%
		Não	8%
	Vantagens do acesso à telefonia	Facilidade negócios	75%
		Tranquilidade social	67%

	Redução de viagens	70%
	Informações de mercado	34%
	Outros	5%
Conhece programa de incentivo à telefonia rural?	Sim	5%
	Não	95%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Considerando-se a importância da região, bem como o elevado número de comunidades rurais, o percentual de telefones fixos públicos deveria ser uma prioridade e poderia ser atendido por meio de um programa público-privado.

Por fim, o saneamento básico rural é a última questão analisada pelo conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos.

A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** contém as variáveis com relação ao abastecimento de água. A grande maioria dos entrevistados comentou que a água para consumo é de boa qualidade, porém tais afirmações não possuem respaldo em análises de qualidade. Quanto a sua utilização, 91% na pecuária e 22% das pessoas nas lavouras (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Tabela 9 Qualidade, utilidade, disponibilidade, localização e programas de capacitação das águas nas propriedades rurais na região pesquisada

AMOSTRAGEM		%	
REGIONAL	Qualidade da(s) fonte(s) de água	Ruim	6%
		Razoável	8%
		Boa	85%
Utilidade das fontes de água	Família	95%	
	Criação	91%	
	Lavoura	22%	
Disponibilidade de água	Agroindústria	5%	
	Sempre falta em algum período	1%	
	Às vezes falta	9%	
	Suficiente	48%	

	Abundante	41%
Conhece algum programa governamental de captação de água para uso doméstico ou na lavoura?	Sim	4%
	Não	93%
Localização das fontes de água	Na propriedade	72%
	Fora da propriedade	22%
	Dentro e fora	5%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Para o quesito disponibilidade de água, 89% informaram que não têm problemas de consumo e 9% afirmaram que, às vezes, falta. O abastecimento da água para consumo familiar e para as criações geralmente localiza-se na propriedade, o que demonstra a necessidade de conscientização em relação à preservação dos aspectos ligados ao ambiente.

Conforme demonstrado, 93% dos produtores não conhecem programas ligados à captação de águas para uso doméstico ou para a lavoura.

Outro tópico dentro dessa abordagem é o esgotamento sanitário. A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** coloca que, apenas 1% da população amostrada possui coleta de esgoto ligada à rede geral e 10% possuem fossa séptica. Outras soluções são adotadas por 80% dos respondentes, como fossa rudimentar, valas e despejo do esgoto diretamente nos cursos d'água, destinando-os de maneira inadequada.

Tabela 10 Esgotamento sanitário nas propriedades rurais na região de pesquisa

AMOSTRAGEM			%
REGIONAL	Esgotamento sanitário	Rede coletora	1%
		Fossa séptica	10%
		Outras soluções	80%
		Nenhum	9%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

No que se refere aos serviços de coleta de resíduos sólidos, tem-se outra informação preocupante, evidenciada pelos dados da **Erro! Fonte de referência não encontrada.** Constatou-se que, em apenas 9% dos casos amostrados há coleta direta, e essa acontece nas comunidades rurais de maior aglomeração. Outro fator é o descarte realizado por meio da queima dos resíduos (48%). No entanto, 41% dos entrevistados informaram que encaminham lixo doméstico para a cidade. Essa ação evidencia uma possível tomada de consciência quanto às questões ambientais.

Tabela 11 Destino do lixo doméstico da zona rural, de acordo com os produtores rurais entrevistados na região pesquisada

AMOSTRAGEM		%	
REGIONAL	Destino do lixo doméstico	Vala	20%
		Quintal	10%
		Queima	48%
		Cidade	41%
		Venda	1%
	Existência de programa de coleta de lixo doméstico para comunidades rurais	Sim	9%
	Não	87%	

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Os parâmetros analisados confirmam as tendências nacionais apresentadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2009, retratada no site da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, um órgão do Governo Federal, de responsabilidade do Ministério da Saúde. A Funasa é responsável pela implementação das ações de saneamento em áreas rurais de todos os municípios brasileiros, inclusive no atendimento às populações remanescentes de quilombos, assentamentos rurais e populações ribeirinhas (BRASIL, 2013c).

4.2.3 Acesso ao Crédito

O crédito rural é um dos mais eficientes instrumentos de promoção do desenvolvimento no setor agrícola (MINAS GERAIS, 2007). As normas são estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco Central do Brasil, devendo ser seguidas por todos os agentes que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como bancos e cooperativas de créditos (BRASIL, 2013a).

Os dados indicam que a maioria dos entrevistados tem conhecimento do sistema de crédito rural, mas não o tem utilizado com frequência, conforme apontam os dados da **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

Tabela 12 Acesso ao crédito rural pelos produtores rurais entrevistados na região pesquisada

MUNICÍPIO		%
Conhece os programas de crédito das agências bancárias da região?	Sim	74%
	Não	26%
Tem usado com frequência o crédito rural?	Sim	44%
	Não	56%
REGIONAL	Principais dificuldades para obtenção do crédito rural	Garantia 11%
		Documentação/burocracia 33%
		Demora na liberação 14%
		Outros 1%
Motivos para a não utilização do crédito rural	Juros altos	8%
	Não necessita	13%
	Burocracia	13%
	Receio de se endividar	21%
	Documentação	7%
	Outros	2%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Os principais entraves seriam a burocracia e a demora na liberação do empréstimo. E o principal motivo para a não utilização do crédito rural é o receio de se endividar, o que aponta para um perfil de produtor avesso ao risco.

Apesar de reclamarem das taxas de juros agrícolas, os produtores não têm informação de que, exatamente na agricultura, as taxas são as mais baixas do mercado, inclusive subsidiadas pelo governo. Há casos em que o agricultor prefere utilizar outros mecanismos de crédito, como o cheque especial ou o cartão de crédito, para atender às emergências na propriedade.

Por se tratar da área mais estruturada em termos de políticas públicas setoriais, há muitas linhas de créditos, que abrangem recursos destinados a custeio, investimento ou comercialização.

Os **créditos de custeio** ficam disponíveis quando os recursos se destinam a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita. Já os **créditos de investimento** são aplicados em bens ou serviços duráveis, cujos benefícios repercutem durante muitos anos. Por fim, os **créditos de comercialização** asseguram ao produtor rural e a suas cooperativas os recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e levem ao armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços (BRASIL, 2013a).

Dentre os vários programas existentes, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que, segundo os entrevistados, é de fácil acesso. O programa possui as taxas de juros mais baixas entre os financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

Contudo, uma das críticas feitas a esse programa é a falta de acompanhamento, após ser concedido o crédito. Não há uma fiscalização quanto ao uso dos recursos financeiros e, nem mesmo, um acompanhamento do produtor, no sentido de orientá-lo na melhor aplicação desse auxílio financeiro.

4.2.4 Comercialização

O conceito de comercialização, no contexto do agronegócio, não se limita a simples venda dos produtos agrícolas. Constitui um processo de transformação, diferenciação e agregação de valor do produto agrícola ao longo de um canal de comercialização. Sob essa perspectiva, avaliam-se variáveis almejando elucidar a amplitude e complexidade dessa relação entre o setor produtivo e o consumidor final.

Reafirmando a importância da comercialização agrícola, a **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, fornece os dados relativos às alternativas de renda nas propriedades entrevistadas nos quinze municípios amostrados, incluindo fontes de renda oriundas de outras atividades que não a rural.

Tabela 13 Fontes de renda dos produtores nas propriedades rurais, na região pesquisada

AMOSTRAGEM	FONTES DE RENDA NA PROPRIEDADE	%
REGIONAL	Produção agrícola comercializada	93%
	Excedente comercializado	3%
	Trabalho temporário fora da propriedade	6%
	Aposentadoria (benefício social)	23%
	Bolsa Família	7%
	Arrendamento de maquinários e equipamentos	4%
	Outros	7%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

A maioria dos proventos recebidos vêm da comercialização da produção agrícola (93%), complementada pelo benefício social da aposentadoria (23%) e do programa Bolsa Família (7%). O trabalho temporário fora da propriedade também complementa a renda dos agricultores, além do arrendamento de máquinas e equipamentos.

Tais resultados indicam que existe um faixa de produtores (23%) que vivem ou complementam sua renda com benefícios da aposentadoria, o que leva à conclusão de que existe uma tendência de envelhecimento da população rural, característica reafirmada por outros estudos.

Os dados retratam também a presença da pobreza no campo, ressaltado pela necessidade de 7% dos agricultores complementarem a alimentação familiar com o programa Bolsa Família. Entende-se que essas constatações implicam em uma melhor distribuição de renda, mesmo que sua fonte seja originada de políticas públicas adotadas, tanto no setor urbano, quanto no rural.

Tendo a comercialização dos produtos agrícolas como principal fonte de renda, avaliou-se a obtenção de informações dos preços. A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** demonstra que a maioria dos produtores recebem as informações por meio do comprador, limitando sua capacidade de negociação. Não deixa de causar surpresa tal constatação, visto que grande parte dos agricultores têm acesso à telefonia ou, mesmo, a outros mecanismos de informação de mercado, como cooperativas, mídia, intermediários ou atacadistas.

Com toda a informação de mercado disponível na mídia, principalmente pela televisão, que a maioria dos agricultores possui, é de estranhar que poucos agricultores tenham elencado a mídia como fonte de informação de mercado.

Outro fato evidente é que os produtores não veem a extensão rural como fonte de informação sobre os preços do mercado, apesar do órgão possuir uma assessoria de mercado, que disponibiliza um link para pesquisa de preços.

Tabela 14 Fontes de informações de mercado pelos produtores rurais entrevistados na região pesquisada

AMOSTRAGEM		%	
REGIONAL	Extensão rural	6%	
	Intermediário	18%	
	Cooperativa	10%	
	Sindicato	4%	
	Mídia	17%	
	Internet	9%	
	Outros	19%	
	Comprador	44%	
	Tem conhecimento dos preços mínimos de garantia pelo	Sim	10%
		Não	90%

governo?		
Conhece algum programa de aquisição governamental?	Sim	38%
	Não	62%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Sugerem-se, assim, como alternativa de consulta de preços de mercado, consultas junto a essa instituição de extensão, uma vez que, de acordo com os dados da **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, os produtores informaram que a visita técnica do extensionista corresponde a 63% da orientação recebida pelo produtor rural.

Conforme dados da **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, estranha-se o fato de quase todos os entrevistados terem alegado desconhecimento em relação aos instrumentos públicos de apoio à comercialização, que visam garantir a segurança alimentar da população, por meio da intervenção governamental. Dentre esses, abordaram-se a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e a Aquisição do Governo Federal (AGF).

Os preços mínimos foram instituídos, em 1966, com a finalidade de garantir, para produtores e cooperativas, o menor preço de comercialização para produtos oriundos das atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas. Essa garantia pode ocorrer por meio da compra de produtos ou concessão de empréstimos. Por sua vez, a AGF consiste na compra simples e direta da produção pelo governo. A aquisição é realizada quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, beneficiando produtores, agricultores familiares e/ou suas cooperativas.

Segundo dados do preço mínimo, safra verão, disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2013), os valores recebidos para os produtos mais comercializados na região, no período de amostragem, podem ser observados na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

O que se observa é que os preços mínimos estão normalmente bem abaixo dos preços do mercado e dos próprios custos de produção, inviabilizando

a Aquisição do Governo Federal (AGF), segundo dados da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo - FAESP (2013).

Tabela 15 Preços Mínimos pagos aos produtores da região Sudeste, segundo dados da CONAB

PRODUTO	UNIDADE	RS/Unid.	
		2008/2009	2009/2010
Leite “in natura”	L	0,47	0,54
Café Arábica	60 kg	261,69	NF
Milho	60 kg	16,50	17,46

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado da planilha Preços Mínimos/Safra Verão (CONAB, 2013).

NF – Não fixado.

Todavia, podem-se citar dois programas governamentais de aquisição de produtos da agricultura familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implementados em 2003 e 1955, respectivamente.

O PAA atua com duas modalidades. Em uma, parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social. Na outra, parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios. Dessa forma, é possível comercializá-los no momento mais propício, em mercados públicos ou privados, permitindo maior agregação de valor aos produtos (BRASIL, 2013e).

O PNAE garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Em 2009, a Lei 11.947 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação – FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

Apesar de conhecidos pelas autoridades municipais da área amostrada, esses programas ainda são pouco utilizados, pelas dificuldades para atender às diretrizes de inserção, como a existência de grupos formais e/ou informais, ou mesmo a falta de interesse dos atores.

Assim, uma opção de renda para os produtores, é a implantação de uma feira livre na região, o que é visto como viável pela maioria dos entrevistados, como demonstrado na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** A maioria dos produtores teria condições de comercializar na feira leite e derivados (39%), seguidos por produtos do segmento hortícola (36%), produtos de origem animal (29%) e grãos (13%). Percebe-se uma heterogeneidade de produtos, bastando vontade política e liderança dos produtores, que pode ser feita por meio de sindicatos, extensão rural ou associações legalmente formadas.

Tabela 16 Opinião dos produtores rurais entrevistados quanto à implantação de uma feira livre na região pesquisada

AMOSTRAGEM			%
Como vê a implantação de uma feira livre na região?	Não funciona		15%
	Talvez funcione		42%
	Certamente funciona		42%
REGIONAL	Tipo de produto que teria condições de colocar no mercado da feira livre	Horticultura	36%
		Fruticultura	18%
		Grãos	13%
		Leite e derivados	39%
		Origem animal	29%
		Processados	9%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Complementando, ao serem perguntados sobre o tipo de produto que teria condições de colocar no mercado de feira livre, 9% informaram que tais produtos poderiam passar por um processo de transformação. Considerando as

características do campo, como fatores climáticos, entressafra, perecibilidade, elevados volumes de estoques em forma de matéria-prima, a agregação da matéria-prima seria uma estratégia para aumentar o período de vencimento do produto final, a exemplo de lácteos e hortifrutigranjeiros.

Percebe-se, pelos dados acima, que a região tem potencial para atender aos mercados, locais e regional, por meio de um programa de incentivo que envolva capacitação e transferência tecnológica junto aos agricultores. Além de orientá-los com outras formas de geração de renda, a exemplo da piscicultura, aproveitando o potencial hídrico e topografia, floricultura, fruticultura, transformação e processamento dos alimentos e higienização do leite, entre outras potencialidades.

Argumenta-se que um centro de distribuição seria também uma nova forma de agregação de produtos da agricultura familiar, evitando a busca de produtos de época em outros centros, nas capitais.

4.2.5 Apoio técnico

A busca por orientações, capacitações técnicas e parcerias com a finalidade de conhecer, adequar e modernizar o sistema produtivo é uma alternativa empregada pelos produtores rurais. Esse processo conta com a participação de vários atores, entre eles as entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), os profissionais autônomos, prefeituras municipais e a mídia.

A pesquisa indica que a participação do produtor na busca da informação foi significativa dentre os entrevistados, chegando a 51% do total. Mas, ainda é a presença de extensão rural o melhor meio de orientação técnica (63%). As palestras técnicas também atenderam ao seu objetivo, visto que

representaram 51% das informações obtidas pelos agricultores, seguidas pelos dias de campo, 38%.

Os dados da **Erro! Fonte de referência não encontrada.** revelam que o produtor prefere mais um atendimento técnico individualizado ao invés de em grupo. A busca pela informação técnica por meio de palestras ou dias de campo é inferior em relação à participação do extensionista ou, mesmo, via apoio aos vizinhos.

Tabela 17 Orientação técnica e treinamento ocupacional dos produtores rurais entrevistados na região pesquisada

AMOSTRAGEM		%
Tipo de orientação técnica recebida	Visita técnica extensionista	65%
	Palestras técnicas	51%
	Demonstrações de resultado (dias de campo)	38%
	Busca de informação pelo produtor	51%
REGIONAL		
Realizou treinamento ocupacional?	Sim	57%
	Não	43%
Alguém da família participou do treinamento?	Sim	44%
	Não	56%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Para o estado de Minas Gerais, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) atua para o fortalecimento da agricultura e do agronegócio, a valorização das famílias e a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Está presente em 789 municípios (92% do Estado) atendendo mais de 396 mil agricultores familiares e 8.275 organizações comunitárias (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER, 2011). Em todos os municípios amostrados há um escritório da EMATER, ainda que, em alguns, a implementação seja recente.

Tendo um papel de destaque na construção e execução de políticas públicas, a EMATER estabelece parcerias com programas públicos federais e estaduais, como o Luz Para Todos, por meio do levantamento georreferenciado das propriedades, e o programa Minas Leite, cuja meta é a melhoria da qualidade de vida dos pecuaristas, mediante o aprimoramento da gestão dos seus sistemas de produção na pecuária leiteira. Há, ainda, o “Minas Sem Fome”, cuja meta é buscar a segurança alimentar e nutricional da população rural ou urbana, com redução da pobreza, resgate da cidadania e inclusão produtiva. Por esse projeto são distribuídas sementes para os agricultores familiares.

Outro programa ligado à extensão rural é o “Projeto Transformar”, também executado pela EMATER, que atende a jovens com idade entre 16 e 29 anos, filhos de agricultores familiares, qualificando-os como forma de estimular a sua permanência no campo e promover a melhoria da qualidade de vida. Cita-se, também, o sistema de integração lavoura, pecuária e floresta, que permite a produção de leite, carne, grãos, hortaliças, fibra, energia e madeira em uma mesma área da propriedade, preservando florestas e matas ciliares, recuperando áreas degradadas, melhorando as condições para a produção e diminuindo a necessidade de desmatamento de novas áreas.

Destacam-se também, como projetos que buscam o desenvolvimento rural, o programa Educampo, idealizado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Trata-se de um projeto que busca orientar e capacitar, técnica e gerencialmente, grupos de produtores rurais. Para ter início tal treinamento, exige-se um mínimo de quinze produtores, o que foi apontado, pelos entrevistados, como uma dificuldade, pois, muitas vezes, não há interesse dos agricultores familiares em participar.

Ademais, considerando a vocação da pecuária leiteira, muitos municípios amostrados também estão tentando implantar o projeto “Balde Cheio”, em parceria com a EMBRAPA, que busca, entre seus objetivos,

implantar programas de capacitação dos produtores rurais para melhoria e aumento da produção leiteira. Mas, de acordo com os entrevistados, existem questões que têm atrapalhado a implantação desse projeto, visto que uma das suas principais estratégias está na parceria realizada com diversas instituições públicas e também privadas.

Por fim, há adoção de políticas públicas municipais de auxílio aos agricultores, via concessão de tratores para o preparo da terra, ajuda na compra de calcário e apoio na formação de mudas frutíferas.

Percebe-se, pelos dados da **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, que existe um espaço para treinamento institucional, visto que 57% das pessoas realizaram algum tipo de capacitação, mas com pouca participação efetiva de outros integrantes da família.

Dentre as opções de temáticas para capacitações, a **Erro! Fonte de referência não encontrada.** aponta que os produtores entrevistados priorizam, para suas esposas e filhos, treinamentos ligados a atividades pertinentes ao meio em que vivem, a exemplo de técnicas de plantio e manejo, beneficiamento e transformação da matéria-prima e cooperativismo. Também revelam interesse em técnicas de administração e conhecimentos básicos de informática, além de cursos de culinária e de artesanato local e regional.

Tabela 18 Relação dos produtores rurais entrevistados com treinamentos, na região pesquisada

AMOSTRAGEM			%
REGIONAL	Prioriza os tipos de treinamento que gostaria que sua esposa e seus filhos tivessem	Técnicas de plantio e manejo	43%
		Técnicas de manejo em pecuária	57%
		Técnicas de beneficiamento e transformação	37%
		Cooperativismo	37%
		Reflorestamento	23%
		Técnicas de administração	53%

Artesanato	25%
Culinária	30%
Informática	48%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Um aspecto abordado que merece destaque em ações de intervenção é o gerenciamento da propriedade rural. Segundo os produtores entrevistados, a maioria realiza algum tipo de controle ou planejamento em sua propriedade, atingindo um percentual de 58%. No entanto, ficou claro, nas entrevistas, que esse planejamento é de horizonte de curto prazo, ou seja, de apenas uma safra **(Erro! Fonte de referência não encontrada.)**.

Tabela 19 Atividades gerenciais realizadas pelos produtores rurais entrevistados na região pesquisada

AMOSTRAGEM		%	
Realiza algum tipo de controle ou planejamento na propriedade?	Sim	58%	
	Não	41%	
É feita retirada mensal em forma de pró-labore na atividade produtiva?	Sim	13%	
	Não	82%	
REGIONAL	Tem conhecimento da duração (vida útil) de máquinas, equipamentos e benfeitorias utilizadas na propriedade?	Sim	42%
		Não	55%
Tem conhecimento da estimativa dos custos de produção nas atividades exploradas?	Sim	61%	
	Não	37%	

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

No caso do controle, as informações se limitam a anotações de despesas diretas, não tendo o devido conhecimento do desgaste dos recursos fixos, como maquinário, benfeitorias, etc. Esses dados contradizem a informação dada por 61% dos produtores que conhecem seus custos de produção.

Como síntese, observou-se que não há separação entre “negócio” e “família”, visto que 82% dos produtores não fazem retiradas mensais para as suas despesas pessoais.

4.2.6 Associativismo

O apoio, fomento e promoção do cooperativismo e associativismo, visando à viabilização das atividades econômicas e a participação em melhores condições de concorrência nos mercados, são pontos fundamentais para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas pelos produtores.

Assim, o estudo buscou conhecer as opiniões dos produtores entrevistados quanto ao sistema de cooperativismo na região. Percebe-se que 53% deles desconhecem uma cooperativa atuando no mercado local ou regional, o que não deixa de ser uma preocupação tanto para o poder público e muito mais para o privado. Para aqueles que afirmam existir uma cooperativa atuando no município ou região, não fica claro qual a área de atuação da mesma. Além disso, 76% dos entrevistados desconhecem uma associação formal de produtores rurais na sua comunidade.

Os resultados da **Erro! Fonte de referência não encontrada.** são preocupantes, pois é no segmento das bacias leiteiras que mais se intensificou, no estado de Minas Gerais, a implantação de cooperativas de leite. Pelos resultados obtidos, constata-se que apenas 15% das cooperativas da região levantada são leiteiras, embora algumas sejam mistas.

Com base nos dados da **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, observa-se que a participação dos cooperados nas decisões é baixa, não atingindo 20%, tanto no processo eleitoral quanto na presença em assembleias. Quanto ao uso dos serviços ofertados por essas cooperativas, esse percentual se

eleva, mas ainda é pequeno, considerando os benefícios que um sistema cooperativo pode trazer à agricultura, principalmente aos pequenos produtores.

Tabela 20 Sistema de cooperativismo dos produtores rurais entrevistados na região pesquisada

AMOSTRAGEM			%
	Existe alguma cooperativa e/ou associação atuando no município?	Sim	45%
		Não	53%
	Tipo de cooperativa ou associação	Leite	15%
		Agrícola	6%
		Mista	18%
REGIONAL	É associado dessa cooperativa?	Sim	29%
		Não	19%
	Tipo de participação do cooperado	Assembleias	16%
		Eleições	15%
		Serviços	22%
	Existe alguma associação formal de produtores na comunidade?	Sim	24%
		Não	76%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Assim, conclui-se que existe centralização na tomada de decisão e modelo privilegiado no uso dos serviços, haja vista essa participação passiva nas deliberações de sua cooperativa.

Ao avaliar-se a presença de uma associação formal de produtores, com apenas 24% na região, os agricultores, principalmente os familiares, ficam limitados de participarem de programas públicos, a exemplo do PNAE pela prefeitura municipal, que pode adquirir até 30% da produção familiar para a merenda escolar. No entanto, é necessária uma associação comunitária formal

ou, mesmo, uma cooperativa. Aqueles municípios que não atenderem a tal demanda podem ter o repasse financeiro cancelado pelo Conselho Nacional de Alimentação Escolar.

Percebendo a relevância dessa temática, o governo criou o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural – DENACOOOP, um órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), cujo objetivo é consolidar e fortalecer a atuação do sistema cooperativista em todos os seus ramos e do associativismo rural, participando dos processos de criação de trabalho e emprego, de produção de alimentos, de geração e distribuição de renda e da melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais e urbanas (BRASIL, 2013b).

4.2.7 Política ambiental

As questões ambientais emergem como uma temática de relevante importância social na atualidade. A defesa ao ambiente tem por base a concepção pública e comum dos bens e serviços ambientais. Assim, as políticas públicas buscam por alternativas de viabilização das dimensões socioambiental e econômica para as propriedades rurais no Brasil.

Conforme informações obtidas, nota-se que a maioria dos agricultores entrevistados (66%) não teve acesso a material explicativo sobre legislação ambiental, mas 55% das propriedades receberam visitas de órgãos fiscalizadores (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Esse fato demonstra que ações de conscientização devem ser empregadas a fim de divulgar as disposições legais contidas nas normas ambientais.

Pelos dados apresentados na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, observa-se que não se identificou um programa público quanto à política ambiental no município e nem informações satisfatórias da existência de

uma política de remuneração ao produtor por ações de conservação ambiental, apesar de já existirem casos no estado de Minas Gerais, como o projeto “Produtor de Água”, em Extrema, único caso mencionado pelos produtores entrevistados.

Tabela 21 Legislação ambiental, conforme os produtores entrevistados na região pesquisada

		%	
AMOSTRAGEM			
	Acesso a algum material explicativo sobre legislação ambiental?	Sim	34%
		Não	66%
	Sente-se prejudicado/afetado por alguma medida de proteção ambiental?	Sim	46%
		Não	53%
REGIONAL	Visita de um órgão público ligado ao meio ambiente?	Sim	55%
		Não	43%
	Existência de política ambiental no município?	Sim	5%
		Não	93%
	Existência de política que remunera o produtor por ações de preservação ambiental?	Sim	5%
		Não	94%

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Como exemplo, existe uma parceria que envolve EMATER, Instituto Chico Mendes, Secretaria Estadual de Agricultura e Meio Ambiente e Associação Comunitária, com o objetivo de premiar, em valor monetário, os produtores que adotarem práticas ambientais aliadas ao sistema produtivo. Todo o auxílio financeiro da premiação é captado na iniciativa privada, junto a empresas que possuem passivos ambientais.

Essas são algumas considerações, dentre as tantas que envolvem essa temática. Constata-se que essa dimensão foi efetivamente inserida nas discussões e políticas públicas, não somente ambientais. Cabe aos produtores

rurais buscarem junto aos órgãos de apoio, informações e alternativas para adequarem-se à legislação e garantir um sistema produtivo ambientalmente sustentável.

4.3 Interfaces e compreensões

Considerando-se a estrutura e o posicionamento dos agentes apresentados no primeiro tópico e as discussões sobre a perspectiva dos produtores, no tocante às políticas públicas retratadas no tópico dois dessa seção, resta agora elucidar as interfaces entre os agentes, frente ao arcabouço institucional e organizacional do SAG.

Inicia-se a discussão sugerindo uma alternativa comum para as questões relacionadas às políticas públicas. Essa seria a participação efetiva dos atores envolvidos e a integração de ações entre Governo Federal, Estados e Municípios, visando à continuidade e ao atendimento às especificidades de cada região.

Dentre as políticas públicas referidas nesta pesquisa, tem-se a regularização fundiária como um dos fatores que contribui para o progresso socioeconômico dos produtores. Além de constituir-se em pré-requisito para aqueles que almejam a inserção no sistema agroindustrial. Assim, destaca-se a importância do Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, desenvolvido pela Secretária de Reordenamento Agrário, em convênio com os Estados. Esse programa garante segurança jurídica aos agricultores familiares e o acesso às demais políticas públicas do governo, entre elas o crédito rural e a assistência técnica.

Outro ponto de inferência é a prioridade de investimentos em infraestrutura. A logística ainda representa um gargalo ao desenvolvimento da região amostrada, principalmente quando se refere ao escoamento da produção agrícola. As condições precárias das estradas maximizam os custos do transporte e os gastos com a manutenção dos veículos particulares. O reflexo incide diretamente na redução das margens de lucratividade da atividade, que já são singelas, se for considerada a principal atividade econômica desempenhada, a pecuária leiteira. À gestão pública municipal, resta atuar continuamente, averiguando as necessidades da população e buscando apoio no País e Estado, via políticas específicas de investimento.

Outro aspecto que influencia diretamente a qualidade de vida dessas populações é a eletrificação rural. Ao considerar o processo de modernização agrícola iniciado com a Revolução Verde e a interconexão entre os mercados agrícola e de energia, percebe-se que uma política direcionada a essa questão era fundamental. Portanto, a proposição do programa Luz para Todos, em âmbito nacional, modificou o cenário fornecendo melhores condições de moradia, oportunidades de trabalho, incremento da renda familiar e, conseqüentemente, a inserção de empresas rurais no ambiente concorrencial.

Embora crucial, os serviços de telecomunicação rural, foram recentemente instituídos como um Programa Nacional, em meados de 2009, devendo ser fomentados por meio de ações que estimulem a oferta. São inegáveis as benesses dessa tecnologia para os produtores rurais, principalmente quando se considera a redução dos deslocamentos.

Com relação ao panorama das condições de saneamento básico no meio rural, incluindo todas as dimensões de análise, percebe-se que há graves desigualdades no acesso aos serviços entre os habitantes das áreas urbana e rural. Apesar da menção na Política Nacional de Saneamento Básico, a população rural ainda convive com situações críticas de sanidade. Esse fato

compromete diretamente a produção agropecuária, além de afetar a saúde dessas populações. Exemplificando, apontam-se as instruções normativas e os consumidores, que são cada vez mais exigentes, em termos de padrões de qualidade.

Quando se analisa o crédito rural, o mais tradicional mecanismo de apoio à agricultura, verifica-se uma estrutura consolidada em termos de políticas públicas. Nessa esfera, observa-se a necessária relação entre o ambiente institucional, que regulamenta as linhas de crédito, e os agentes do ambiente organizacional com o elo da produção. Assim, tem-se o ambiente organizacional, representado pelos bancos, cooperativas de crédito, sindicatos rurais e empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), como a EMATER, que atuam conjuntamente para efetivar esse repasse para os produtores, cooperativas e associações de produtores rurais.

Com isso, busca-se fortalecer o setor rural, favorecendo o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários. Além de estimular os investimentos em incrementos tecnológicos, por meio de renovação do parque de máquinas, da correção dos solos, da renovação de pastagens, da construção de armazéns nas propriedades e da melhoria tecnológica para as culturas amparadas por programas específicos (MINAS GERAIS, 2007).

Essas ações específicas criam condições para que os produtores possam melhorar a qualidade de seus produtos, assegurando mais capital e mais proteção à produção e à renda. Conseqüentemente, ocorre o favorecimento à inserção ou uma melhor colocação dentro do Sistema Agroindustrial.

Apesar dos benefícios citados, ainda é possível identificar fatores limitantes ao acesso a essa política de crédito, como: a falta de documentação, a desinformação, a insegurança e o receio de endividamento dos produtores; a insuficiência de assistência técnica; a baixa frequência de bancos nos municípios; o rigor dos agentes financeiros quanto às exigências, em especial de

garantias; o atraso na liberação de recursos; e, a falta de divulgação das linhas de crédito disponíveis (MINAS GERAIS, 2007). Como solução, propõe-se o incentivo às ações integradas entre os setores, público e privado.

No contexto da comercialização, pode-se dizer que essa etapa unifica todos os esforços empregados no decorrer do processo. Assim, a comercialização abrange o somatório de todas as ações e todos os agentes da cadeia de produção, envolvendo-os direta ou indiretamente.

Dentre os destaques, o ambiente institucional apresenta-se com um amplo aparato legal de apoio à comercialização, mediante políticas públicas específicas, cuja execução envolve as esferas federal, estadual e municipal e seus diversos atores. Não obstante, nota-se ainda uma série de limitações no decorrer do processo de comercialização. Essas consistem em defasagens na tomada de preços pelo produtor, falha nas informações de mercado, dificuldades para o atendimento às normas de inserção em políticas públicas, como por exemplo, a obtenção do DAP.

Exemplificando uma das políticas instituídas pelo governo federal, a PNAE visa à aquisição de gêneros alimentícios para as escolas, com, no mínimo, 30% oriunda da agricultura familiar, sempre que possível, no mesmo município das escolas, podendo complementar a demanda entre agricultores da região, território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade. Na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, apresentam-se os dados relativos ao valor repassado aos municípios pelo FNDE, discriminando os 30% referentes à agricultura familiar, segundo os municípios amostrados.

Tabela 22 Análise da PNAE, segundo os 30% relativos ao repasse do FNDE para a agricultura familiar

Município	Valor do repasse do FNDE ⁽¹⁾	Aluna-do ⁽²⁾	30% do repasse do FNDE*	Núm. de Agricultores Familiares ⁽³⁾	Num. de DAPs ⁽⁴⁾	Qtd. de AF necessários os p/ atender os 30% ⁽⁵⁾
Aiuruoca	44.400,00	712	13.320,00	249	47	1
Alagoa	30.240,00	451	9.072,00	225	1	1
Andrelândia	80.100,00	1.315	24.030,00	516	96	3
Arantina	38.340,00	591	11.502,00	118	5	1
Bom Jardim de Minas	53.820,00	897	16.146,00	243	17	2
Carrancas	24.660,00	411	7.398,00	97	109	1
Carvalhos	24.780,00	413	7.434,00	512	49	1
Cruzília	109.200,00	1.706	32.760,00	349	61	4
Itutinga	18.600,00	283	5.580,00	204	63	1
Liberdade	27.840,00	463	8.352,00	323	24	1
Madre de Deus de Minas	31.740,00	529	9.522,00	120	98	1
Minduri	33.600,00	538	10.080,00	51	67	1
São Vicente de Minas	60.000,00	954	18.000,00	72	86	2
Seritinga	19.920,00	332	5.976,00	103	21	1

Serranos	14.220,00	237	4.266,00	105	29	0
----------	-----------	-----	----------	-----	----	---

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado do FNDE e SAF/MDA (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, 2011)

Notas: * Valor correspondente ao percentual mínimo de aquisição de acordo com o Art. 14 da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009

(1) 2011 com base no censo escolar de 2010

(2) Total de alunos em 2011 com base no censo escolar de 2010

(3) Censo da Agricultura Familiar 2006 – IBGE.

(4) Declaração de Aptidão ao PRONAF de 14/07/2010

(5) A base utilizada para o cálculo foi o limite de R\$ 9.000

Os dados demonstram que, para atender ao mínimo exigido de 30% do repasse, o número de agricultores familiares, em muitos municípios, seria de apenas um. Todavia, em muitas prefeituras, a informação repassada foi que parte do dinheiro destinado a esse público era devolvido por ausência de produtores que atendessem às exigências do programa ou, até mesmo, para interessados em participar. Algumas autoridades complementaram que buscaram, em municípios vizinhos, produtores aptos para realizar a compra.

Um dos obstáculos é a falta de grupos informais, associações ou cooperativas de produtores rurais. Outra é a necessidade da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), uma espécie de identidade do agricultor familiar para acessar a políticas públicas como, por exemplo, PRONAF, PAA, PNAE. Portanto, visando incentivar a esses pontos específicos, ações municipais e busca por parcerias no ambiente organizacional, teriam reflexo imediato na qualidade de vida desses produtores.

Frente a essa colocação, o apoio técnico, incluído no ambiente organizacional, surge fornecendo aos agentes da cadeia de produção assistências para o desenvolvimento das atividades, nos diversos setores agropecuários.

Em âmbito público, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), foram iniciados, no País, no final da década de quarenta, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, como objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura. Todavia, em 1990, houve a interrupção dos

serviços pelo governo federal. Nesse período, sem uma política nacional estabelecida e sem apoio federal, expandiram-se as iniciativas desenvolvidas por prefeituras municipais, por organizações não governamentais e por organizações de agricultores (BRASIL, 2004).

Ainda segundo esse documento, a consequência desse processo de afastamento do Estado e diminuição da oferta de serviços públicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ao meio rural e à agricultura aparece, hoje, evidenciada pela comprovada insuficiência desses serviços em atender à demanda da agricultura familiar e dos demais povos que vivem e exercem atividades produtivas no meio rural. Com isso, restringem-se as possibilidades de acesso das famílias rurais ao conhecimento, aos resultados da pesquisa agropecuária e a políticas públicas em geral, o que contribui para ampliar a diferenciação e a exclusão social no campo.

Procurando alterar esse cenário, a EMATER-MG ampliou sua atuação e o que se observa são resultados positivos. As expressivas ações dos extensionistas junto aos produtores rurais, nas áreas amostradas, refletem uma correlação positiva entre a existência de uma entidade de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no município e o número de DAPs emitidos, permitindo o acesso às políticas públicas. Segundo relatos, nota-se que os extensionistas estão sobrecarregados, o que ocasiona uma demora no atendimento aos produtores.

Porém, algumas questões precisam de atenção. A diversificação da produção e da renda familiar por meio da inserção dos produtores em mercados diferenciados, o fomento à agroindústria familiar, ao turismo e ao artesanato são iniciativas que poderiam ser fomentadas a nível municipal, visto que há proposições em políticas federais. Assim, as parcerias com os órgãos de apoio (EMATER, sindicatos rurais, SENAR, dentre outros.) tornam-se fundamentais para a avaliação da viabilidade e promoção de ações em áreas estratégicas.

Além disso, a questão gerencial é outro ponto que os programas públicos de extensão devem priorizar, visto que o produtor rural está inserido em um modelo competitivo e suas margens de lucro são as menores do mercado. Como não pode influenciar o preço, muitas vezes formado no mercado ou pelo comprador, a forma de tornar sua atividade competitiva seria nos fatores de que tem controle, a exemplo da tecnologia, produtividade, uso racional dos recursos e busca de escala de produção.

No que diz respeito à essa questão, o associativismo e o cooperativismo poderiam ser também uma alternativa na obtenção de maior poder de negociação e na busca de soluções para problemas enfrentados. Um exemplo é a negociação do preço do leite, já que o laticínio é que estabelece esse preço e, mesmo assim, trinta dias ou mais depois de receber a matéria-prima, além da negociação conjunta na compra de insumos. No entanto, observou-se uma falta de cultura associativista, que é vista como um dos entraves para o desenvolvimento rural de alguns municípios.

A falta de uma associação comunitária formal leva às limitações organizacionais na implementação de políticas, como o PNAE, mencionado anteriormente. Há necessidade de uma associação formal ou, mesmo, uma cooperativa para a emissão de nota fiscal, que é uma exigência, além da qualidade dos produtos produzidos pelos agricultores familiares, principalmente aqueles perecíveis, como leite e derivados.

Sob uma análise de SAG, as associações e cooperativas atuam, ora como agentes do ambiente organizacional, ora como um agente na cadeia de produção. Na primeira situação, fornecem auxílio técnico e serviços aos produtores rurais cooperados. Na segunda, atua como um agente, buscando melhores condições para a venda de seus produtos. Essa dualidade pode gerar conflito de interesses, enfraquecendo a entidade perante seus integrantes.

A última temática a ser referenciada, não menos importante e muito evidenciada pelas discussões do Novo Código Florestal, é a política ambiental, que representa um conjunto de normas instituídas pelo ambiente institucional.

Para compreensão mais ampla desse assunto, deve-se considerar que a preservação ambiental e a atividade econômica configuram-se como ações governamentais interligadas. Apesar de o arcabouço jurídico evidenciar a natureza cooperativa entre essas dimensões, há uma tendência em se estabelecer poucos liames, como se a defesa aos processos ecológicos marcasse a impossibilidade do desenvolvimento agrícola do país.

O cerne da questão está no argumento de que a conservação ambiental, como prevista no Código Florestal Brasileiro, gera encargos exclusivamente aos produtores, enquanto os benefícios se refletem para a sociedade como um todo, inclusive ultrapassando as fronteiras nacionais (FASIABEN, 2010).

Dentro dessa perspectiva, iniciativas de conscientização dos produtores rurais devem ser incentivadas, difundindo as disposições constantes em leis, muitas vezes desconhecidas por essas populações. Como alternativas, sugere-se a utilização dos instrumentos de comunicação e econômico, como por exemplo, a educação ambiental e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), respectivamente.

A utilização racional dos recursos naturais configura-se hoje, como uma estratégia de marketing positivamente vislumbrada pelos consumidores e mercados internacionais. Assim, a adequação da propriedade, segundo as normas ambientais, só tem a acrescentar ao produtor rural.

5 CONCLUSÕES

Este estudo está orientado à compreensão da influência dos ambientes institucional e organizacional sobre a produção rural, por meio da análise da perspectiva do produtor, desvelando as interfaces entre esses agentes e os ambientes do Sistema Agroindustrial (SAG).

Em sua essência, o SAG é constituído por vários complexos agroindustriais e, ao contrário desses, não se associa a uma matéria-prima específica. Essa característica justifica a adoção dessa abordagem.

Os resultados e as conclusões apresentadas neste trabalho caracterizam-se por um levantamento de dados qualitativos e quantitativos, mediante pesquisa de campo do tipo *survey*, com aplicação de questionário semiestruturado, via entrevista pessoal, junto a produtores rurais selecionados nos municípios das Mesorregiões Campo das Vertentes e Sul/Sudoeste de Minas Gerais. A saber, são eles: Itutinga, Carrancas, Madre de Deus de Minas, São Vicente de Minas, Andrelândia, Arantina, Serranos, Seritinga, Bom Jardim de Minas, Alagoa, Aiuruoca, Liberdade, Carvalhos, Cruzília e Minduri.

A análise iniciou posicionando o produtor rural e os ambientes institucional e organizacional, perante o modelo simplificado do SAG. As interfaces foram evidenciadas sendo crucial para o entendimento da dinâmica do agronegócio e, conseqüentemente, para a adoção de processos de gestão eficazes.

Sobre a importância de se entender como as políticas públicas são assimiladas pelos produtores, avaliaram-se as temáticas: regularização fundiária, infraestrutura, crédito, comercialização, apoio técnico, associativismo e política ambiental, no âmbito nacional e estadual.

Com relação à regularização fundiária, nota-se que, ao efetivar a legitimação de posse, o produtor adquire o direito de acesso às demais políticas governamentais, indo além da garantia da segurança jurídica sobre a área.

No que concerne à infraestrutura, observa-se que dotar o meio rural de infraestrutura e logística mínimas capazes de proporcionarem o seu desenvolvimento socioeconômico e ambiental para atender às demandas de mercado e da sociedade, é um desafio para todas as esferas de governo.

O crédito rural continua sendo o mecanismo mais conhecido e utilizado para a modernização tecnológica das unidades de produção agropecuária. Todavia, muitos produtores ainda não conhecem os programas disponíveis ou os visualizam como uma política que pode trazer riscos, como o endividamento.

Outra temática analisada, a comercialização da produção agrícola configura-se como a principal fonte de renda. Porém, há vulnerabilidade no processo de obtenção de informações sobre os preços de mercado para a venda dos produtos. Inclusive, o desconhecimento de políticas de garantia dos preços mínimos e de aquisição governamental por parte dos produtores.

No tocante ao apoio técnico, a busca dos produtores rurais ocorre principalmente junto às entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) existentes no município. Isso ratifica a importância de empresas como a EMATER, no processo de aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda.

Segundo os aspectos do associativismo e cooperativismo, observa-se a baixa propensão dos produtores em constituir e participar dessas organizações. Todavia, sua importância é reafirmada pelas vantagens competitivas, como a possibilidade de balizar os preços e a ampliação das oportunidades de participação em programas públicos.

A última temática analisada averigua as políticas ambientais. Constatase que a maioria dos produtores está consciente da importância da legislação

ambiental. No entanto, ainda há conflitos de interesses, quanto aos encargos da preservação. Essa constatação leva à necessidade de que o poder público preste esclarecimento das normas vigentes, bem como adote outros instrumentos da política ambiental como fatores de mobilização, por exemplo, o Pagamento por Serviços Ambientais e a educação ambiental.

Como pano de fundo das análises descritivas sobre políticas públicas, observa-se que são diretamente influenciadas pelo processo político. No entanto, as necessidades do país permanecem, independentemente das alterações no governo, cabendo aos formuladores de políticas públicas priorizarem a continuidade dos programas, projetos e ações, evitando situações de instabilidade jurídica.

Este ambiente institucional, investigado segundo as variáveis de conhecimento das políticas ou programas governamentais apresentou, dentre as temáticas abordadas, menor grau de conhecimento para: incentivo à telefonia rural, Pagamento por Serviços Ambientais, captação de água para uso doméstico ou na lavoura, política ambiental municipal, legalização da terra e preços mínimos de garantia, respectivamente.

Ademais, os entrevistados que responderam positivamente às questões, quando indagados, demonstraram apenas um conhecimento superficial dessas políticas, programas e ações desenvolvidas.

Dentro dos objetivos delineados, conclui-se que os ambientes institucional e organizacional influenciam, ora positivamente, ora negativamente, no desenvolvimento territorial e da propriedade rural.

Como sugestão, indica-se a ação integrada das esferas públicas, mediante o conhecimento das peculiaridades do sistema agroindustrial, da empresa rural, bem como o posicionamento adequado dos agentes na cadeia produtiva, refletindo-se em ações efetivas de promoção ao desenvolvimento do meio rural.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1999. v. 1, 125 p.

ARAÚJO, N. B. de; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. **Complexo agroindustrial: o “agribusiness” brasileiro**. São Paulo: Agroceres, 1990. 238 p.

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/consulta>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997. v. 1, 573 p.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Apresenta informações sobre crédito rural**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/credito-rural>>. Acesso em: 20 jun. 2013a.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Apresentação de informações sobre cooperativismo e associativismo**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/o-denacoop>>. Acesso em: 7 ago. 2013b.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa Nº 62, de 29 de dezembro de 2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 30 dez. 2011. Seção 1, p. 6.

BRASIL. Ministério da Comunicação. **Portaria nº 431**, de 23 de julho de 2009. Institui o Programa Nacional de Telecomunicações Rurais. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/portarias/26698-portaria-n-431-de-23-de-julho-de-2009>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Apresenta informações sobre saneamento rural**. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/engenharia-de-saude-publica-2/saneamento-rural/>>. Acesso em: 7 ago. 2013c.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Apresenta informações sobre o programa Luz para Todos**. Disponível em: <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp>. Acesso em: 20 jun. 2013d.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretária da Agricultura Familiar. **Apresenta informações sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>. Acesso em: 8 ago. 2013e.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretária da Agricultura Familiar. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/Pnater.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretária de Reordenamento Agrário. **Apresenta informações sobre regularização fundiária**. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/regularizacao>>. Acesso em: 20 jun. 2013f.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Preços mínimos: safra verão 08/09 e 09/10**. Disponível em:

<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/indicadores/0501_Precos_Minimos_Safra_de_Verao.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2013.

DAVIS, J. A.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957. 136 p.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 1994. 643 p.

DIAS, R. R. **Um modelo de formação e organização de cadeias de agronegócios**. 2000. 127 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Relatório de atividades 2011**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://www.emater.mg.gov.br/doc/site/Relat%C3%B3rio%20de%20Atividades%202011.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 6, n. 3, p. 147-161, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v6n3/a02v6n3.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

FASIABEN, M. C. R. **Impacto econômico da reserva legal florestal sobre diferentes tipos de unidades de produção agropecuária**. 2010. 254 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Apresenta informações sobre a comercialização**. Disponível em: <<http://www.faespsenar.com.br/faesp/pagina/exibe/assuntos/politica-agricola/157-56>>. Acesso em: 28 jul. 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. 127 p. Apostila.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Valor do repasse FNDE por Estado e município**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/repasse-fnde-por-estado/Cat%C3%A1logo_AF_E_AE_-_EstadoMG.xls>. Acesso em: 8 ago. 2013.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 171 p.

GOLDBERG, R. A. **Agribusiness coordination: a systems approach to the wheat, soybean, and Florida orange economies**. Boston: Harvard University, 1968. 256 p.

GUILHOTO, J. J. M.; FURTUOSO, M. C. O.; BARROS, G. S. de C. **O agronegócio na economia brasileira**. Piracicaba: CNA; CEPEA/ESALQ/USP, 2000. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/other/relatorio_metodologico.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2013.

HAYATI, D.; KARAMI, E.; SLEE, B. Combining qualitative and quantitative methods in the measurement of rural poverty. **Social Indicators Research**, Dordrecht, v. 75, n. 3, p. 361-394, 2006. Disponível em: <<http://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs11205-004-6299-9.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006: agricultura familiar, Brasil, grandes regiões e unidades da**

federação. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm>. Acesso em: 4 abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 jul. 2013a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SIDRA**: sistema IBGE de recuperação automática. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2013b.

MARÔCO, J. **Análise estatística com o SPSS Statistics**. 5. ed. Pêro-Pinheiro: ReportNumber, 2011. 953 p.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research in practice**: examples for discussion and analysis. San Francisco: Jossey-Bass, 2002. 439 p.

MINAS GERAIS. **Mesorregiões do IBGE**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em:
<<http://www.mg.gov.br/governomg/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=69547&chPlc=69547&termos=s&app=governomg&tax=0&taxp=5922>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Agrícola. **Plano temático para o crédito rural**. Belo Horizonte, 2007. Disponível em:
<<http://www.conselhos.mg.gov.br/uploads/20/Plano%20Tematico%20para%20Credito%20Rural.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

MINAYO, M. C. de S. Importância da avaliação qualitativa combinada com outras modalidades de avaliação. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p. 2-11, 2011.

MORVAN, Y. **Fondements d'Economie industrielle**. Paris: Economica, 1991. 650 p.

NASSAR, A. M. **Eficiência das associações de interesse provado nos agronegócios brasileiros**. 2001. 248 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

NASSAR, A. M.; BOLTELHO, R. V. Análise das transações no sistema agroindustrial da batata. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 8, p. 27-39, jan./mar. 1999.

REIS, R. P. **Fundamentos de economia aplicada**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2007. 95 p.

REZENDE, J. B. et al. (Ed.). **Cadeias produtivas do complexo agroindustrial de florestas plantadas em Minas Gerais: estrutura e dinâmica**. Viçosa, MG: EPAMIG, 2012. 390 p.

SATOLANI, M. F.; CORRÊA, C. C.; FAGUNDES, M. B. B. Análise do ambiente institucional e organizacional da piscicultura no estado de Mato Grosso do Sul. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, MG, v. 6, n. 2, p. 215-234, 2008. Disponível em: <<http://www.economia-aplicada.ufv.br/revista/pdf/2008/2/artigo4.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2013.

SPRADLEY, J. **Participant observation**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980. 195 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VILPOUX, O. Desempenho dos arranjos institucionais e minimização dos custos de transação: transações entre produtores e fecculárias de mandioca. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 49, n. 2, p. 271-294, abr./jun. 2011.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness**: uma aplicação da nova economia das instituições. 1995. 239 f. Tese (Livre Docência em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ZYLBERSZTAJN, D. Papel dos contratos na coordenação agro-industrial: um olhar além dos mercados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 43, n. 3, set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032005000300001&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 21 ago. 2013.

ZYLBERSZTANJ, D.; NEVES, M. F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. 433 p.